



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO -PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS - ODEERE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE- PPGREC



ANTONIO PALMA SANTANA

A IDENTIDADE QUILOMBOLA DO BAIRRO PAU-FERRO NA
PERSPECTIVA DA COMUNIDADE CATÓLICA DO SENHOR DO
BOMFIM NA CIDADE DE JEQUIÉ-BA

JEQUIÉ-BA
2024

ANTONIO PALMA SANTANA

**A IDENTIDADE QUILOMBOLA DO BAIRRO PAU-FERRO NA
PERSPECTIVA DA COMUNIDADE CATÓLICA DO SENHOR DO
BOMFIM NA CIDADE DE JEQUIÉ-BA**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Orientador (a): Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto
– PPGRE/UESB

Linha de Pesquisa 1: Etnicidade, Memória e Educação

**JEQUIÉ-BA
2024**

S232i Santana, Antonio Palma

A identidade quilombola do bairro pau-ferro na perspectiva da comunidade católica do Senhor do Bomfim na cidade de Jequié-Ba / Antonio Palma Santana.- Jequié, 2024.

82 f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação do Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto)

1.Identidade 2.Memória 3.Quilombo I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

Rafaella Cância Portela de Sousa - CRB 5/1710. Bibliotecária – UESB - Jequié

ANTONIO PALMA SANTANA

**A IDENTIDADE QUILOMBOLA DO BAIRRO PAU-FERRO NA
PERSPECTIVA DA COMUNIDADE CATÓLICA DO SENHOR DO
BOMFIM NA CIDADE DE JEQUIÉ-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade

Linha de Pesquisa 1: Etnicidade, Memória e Educação

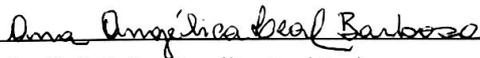
Aprovado em: 28 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto

Orientador



Prof^a. Dr^a. Ana Angélica Leal Barbosa

Examinadora Interna



Prof. Dr. Valter Luiz dos Santos Marcelo

Examinador Externo

**JEQUIÉ
2024**

DEDICATÓRIA

A Deus.
Aos meus Pais.
Aos meus amigos.
Aos meus professores.
A todos que contribuíram na construção desse material.
A todos que, “esquecidos” foram e são fundamentais...

AGRADECIMENTOS

A Deus que nos oportuniza a vida e todos os momentos e conquistas.

Aos meus pais, que me proporcionaram a vida e diversos aprendizados, e me ensinaram desde cedo a importância de tantas coisas que forjam o homem como ser de conhecimento e de relações.

Aos meus amigos e amigas que somam as alegrias e vitórias e celebram cada momento com a simplicidade e a ternura de ser o que for necessário a cada momento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, que nos proporciona um aprendizado de dentro pra fora, com sua metodologia de imersão na busca da compreensão de sua própria identidade para que assim se possa compreender o mundo ao nosso redor e as relações que foram e são estabelecidas ao longo do tempo e da vida.

Aos Doutores... Mestres... Professores e Professoras deste Programa por seu exemplo e parceria na jornada da construção de todo esse trabalho, amigos e que ganhamos e sem dúvida levamos pra toda vida.

Ao meu Orientador, Danilo, que me ensinou muito mais do que a formação acadêmica proporciona, com seu jeito simples, dedicado e atencioso, somado ao seu profissionalismo e magnitude de conhecimento e sabedoria em orientar, sem nenhuma dúvida esse trabalho tem também sua parcela significativa de dedicação, muito obrigado meu amigo.

A todas as pessoas que colaboraram na construção desse potente trabalho, nada do que foi feito, foi realizado sem a preciosa partilha da vida, que aqui se fazem letras, construindo e deixando um belo arquivo de relatos e histórias de pessoas do presente e do passado que tecem a própria vida, como numa colcha de retalhos que quando justapostas se tornam de uma riqueza sem igual.

À Comunidade Católica Senhor do Bonfim, e a todos que nela se sentirem incluídos, por tanta riqueza partilhada e vidas transformadas ao longo desses quase 50 anos de existência e trabalho de Evangelização.

A quem antes de mim passou por caminhos difíceis de aprendizagem e compartilham seus saberes e nos servem de inspiração e nos ajudam a crescer.

A quem se sentir pertencente dessas letras por toda contribuição e o que vier após a leitura do texto.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001-Portaria CAPES 206/2018.

EPÍGRAFE

“Tudo posso naquele que me fortalece.”
Filipenses 4:13

RESUMO

A importância das comunidades vai além das figuras representativas, estendendo-se às memórias, legados, narrativas e percursos de moradores do bairro do Pau Ferro, inseridos na comunidade do Bonfim. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a história de vida de pessoas, especialmente os moradores mais antigos da comunidade do Pau Ferro na cidade de Jequié-BA, com foco em suas memórias e etnicidades em diálogo com as reflexões sobre as questões quilombolas no Brasil. Utilizando uma abordagem qualitativa, foram realizadas quatro entrevistas estruturadas com dez perguntas orientadoras, registradas por meio de gravação de voz para análise posterior. A partir das entrevistas, foram construídas quatro categorias de análise: “Heranças e Vivências na Infância Quilombola: Teias de Histórias e Resiliência”, “Percepções dos Moradores sobre a História da Comunidade Pau Ferro-Jequié”, “Entre Raízes e Mudanças: Tramas Identitárias em Comunidades Quilombolas” e “Cores da Alma: Explorando a Diversidade Étnica e Racial nas Narrativas Pessoais”. A pesquisa destaca a relevância da identidade e memória das gerações mais antigas, registrando vivências, crenças, lutas e religiosidades. A análise das narrativas dos moradores do bairro Pau Ferro revelou experiências individuais e coletivas ricas, destacando a infância em comunidades quilombolas como um período crucial para a formação de identidades sólidas. As histórias dos moradores evidenciam resiliência, solidariedade e a importância da colaboração comunitária, além de oferecer uma compreensão multifacetada das condições socioeconômicas e culturais. As narrativas também sublinham a relevância das instituições religiosas na coesão social e na preservação das tradições, fortalecendo a identidade quilombola e a valorização da diversidade étnica e cultural.

Palavras-chave: Relações Étnicas. Memória. Quilombo.

SUMMARY

The importance of communities goes beyond representative figures, extending to the memories, legacies, narratives and journeys of residents of the Pau Ferro neighborhood, inserted in the Bonfim community. In this context, this research aims to analyze the life history of people, especially the oldest residents of the Pau Ferro community in the city of Jequié-BA, focusing on their memories and ethnicities in dialogue with reflections on quilombola issues in the Brazil. Using a qualitative approach, four structured interviews were carried out with ten guiding questions, recorded through voice recording for later analysis. From the interviews, four categories of analysis were constructed: “Heritages and Experiences in Quilombola Childhood: Webs of Stories and Resilience”, “Residents’ Perceptions on the History of the Pau Ferro-Jequié Community”, “Between Roots and Changes: Identitarian Weaves in Quilombola Communities” and “Colors of the Soul: Exploring Ethnic and Racial Diversity in Personal Narratives”. The research highlights the relevance of the identity and memory of older generations, recording experiences, beliefs, struggles and religiosities. The analysis of the narratives of the residents of the Pau Ferro neighborhood revealed rich individual and collective experiences, highlighting childhood in quilombola communities as a crucial period for the formation of solid identities. Residents' stories highlight resilience, solidarity and the importance of community collaboration, as well as offering a multifaceted understanding of socioeconomic and cultural conditions. The narratives also highlight the relevance of religious institutions in social cohesion and the preservation of traditions, strengthening the quilombola identity and the appreciation of ethnic and cultural diversity.

Keywords: Ethnic Relations. Memory. Quilombo.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1. METODOLOGIA..... | 14 |
| 1.1 Metodologia de Análise de Dados..... | 15 |
| 2. ENTRE TEORIAS E COMUNIDADES: UM CAPÍTULO SUBLIME DE HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS..... | 21 |
| 2.1 Páginas do passado: desdobramentos históricos nas comunidades..... | 21 |
| 2.2 Trilhando caminhos legais: a salvaguarda das comunidades Quilombolas..... | 26 |
| 2.3 A memória como marco relevante de registro e disseminação da história local dos Quilombolas vista como patrimônio cultural..... | 29 |
| 3 REVELAÇÕES E REFLEXÕES: EXPLORANDO OS SIGNIFICADOS DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES | 34 |
| 3.1 Histórias entrecruzadas na comunidade do Bonfim: um panorama sobre a história de vida dessas importantes pessoas..... | 38 |
| 3.2 Heranças e vivências na infância quilombola: teias de histórias e resiliência..... | 42 |
| 3.3 Percepções de moradores sobre a história da comunidade Pau Ferro – Jequié..... | 46 |
| 3.4 Entre raízes e mudanças: tramas identitárias em comunidades Quilombolas..... | 56 |
| 3.5 Cores da alma: explorando a diversidade étnica e racial nas narrativas pessoais..... | 61 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 66 |
| 5 REFERÊNCIAS..... | 68 |
| 6 APÊNDICE..... | 73 |

INTRODUÇÃO

A manutenção e transmissão dos conhecimentos e tradições de uma comunidade devem-se, principalmente, pelas histórias contadas pelos moradores mais antigos¹, pois entende-se que, em sociedades mais tradicionais, ou seja, comunidades que possuem uma cultura própria e valorizam as tradições e se reconhecem como tal, estes moradores são a personificação da sabedoria, são exemplos a serem seguidos e suas palavras são de grande valia.

Não só a figura representativa é importante para as comunidades, mas suas memórias, seus legados, suas narrativas, diversos percursos e percalços guardados e que merecem devido reconhecimento para se pensar as comunidades atuais e seus novos paradigmas sociais.

É nesse sentido que refletir sobre a história dos moradores de uma comunidade no interior baiano se apresenta como uma tarefa interessante. Uma pesquisa com o foco na canalização de memórias e etnicidades de moradores mais antigos é oportuna para fazer circular memórias de pessoas que são verdadeiros guardiões de histórias locais.



Figura 1 (foto da área aproximada do Bairro do Pau-ferro em Jequié-Ba – fonte: google maps - print tirado em 01.05.2024)

O bairro do Pau Ferro está situado no município de Jequié, localizado no sudoeste do Estado da Bahia, a cerca de 360 Km da capital Salvador. Este município é banhado pelo Rio das Contas e seu afluente, o Rio Jequezinho. Observa-se que foi por muito tempo a principal via de interligação entre o interior do estado da Bahia e o litoral. Com base em dados do IBGE

¹ Consideramos como “moradores antigos” aqueles que residem no bairro por mais de 30 anos e, por isso, possuem experiências, vivências e conhecem a história do bairro.

relativos ao ano de 2022, afirma-se que a sua população é de aproximadamente 158.813 habitantes, com tendência de aumento.

Compreende-se que o Rio de Contas teve grande relevância para o desenvolvimento do município, devido ao fato de suas águas terem sido navegáveis, permitindo assim o transporte de víveres para o local, que é caracterizado por altas temperaturas e longos períodos de estiagem (Nascimento, 2018). Portanto, tem como característica a presença da Caatinga, embora seja um local de transição para a Mata Atlântica.

Houve uma dificuldade imensa de achar literatura que dissertasse sobre a o bairro do Pau Ferro, as informações encontradas foram do município de Jequié, sendo este também um fator que justifica a necessidade da pesquisa em promover registros e descrições do legado étnico da cidade a partir da comunidade em menção. Após uma meticulosa investigação no livro de tomo da Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, abarcando o bairro do Pau Ferro, foi constatada uma lacuna notável no que concerne às informações disponíveis. Embora tenha sido possível identificar detalhes sobre a doação do terreno, como meticulosamente registrado na fotografia anexa, onde se descreve minuciosamente o nome do doador e a data da doação, as informações concernentes à história inicial do bairro se revelaram escassas. Surpreendentemente, o registro mais antigo remonta à doação do terreno, ao passo que não há menção de eventos significativos anteriores a 1980, marco temporal em que foi celebrada a primeira festa na capela, tal como evidenciado no documento consultado. Este achado ressalta a necessidade premente de outras fontes históricas para complementar e enriquecer nossa compreensão da história e desenvolvimento desse bairro ao longo do tempo.

Diante disso, uma questão fundamental construída e que irá nortear toda a pesquisa é: como os moradores do bairro do Pau Ferro, que participam da comunidade do Bonfim, pensam sobre a história pessoal, a história do bairro e suas etnicidades (identidades), e qual o papel desta comunidade religiosa católica local na construção dessas identidades?

Essa pergunta implica em observar os elementos de socialização presentes neste bairro, as lutas, as mazelas e as formas de sobrevivência estabelecidas ao longo da sua formação, que reivindica atualmente a condição de quilombo urbano. Compreende-se como fundamental a investigação da memória e das histórias dos grupos, famílias e pessoas que habitam este espaço e suas trajetórias, o que se dará especialmente a partir dos relatos de moradores que vivem nesta comunidade.

Possibilita-se, assim, a construção de um texto no qual a oralidade, a memória e a escrita se misturam para formar um panorama da história do Bairro do Pau Ferro de Jequié-BA, a partir do grupo religioso do Senhor do Bonfim. É importante apontar a diferenciação de “bairro” e

“comunidade”, pois, nesta pesquisa nos debruçamos sobre o bairro do Pau Ferro, na perspectiva da comunidade católica Senhor do Bonfim, tendo em vista a importância desta comunidade na trajetória de construção histórica do bairro.

A intenção de pesquisar sobre as relações étnico-raciais se dá pela importância da compreensão e do resgate da identidade afro-brasileira, bem como a precipitação, especialmente, das memórias dos mais velhos como um importante patrimônio. Esta pesquisa propõe uma colaboração no sentido de buscar a história de vida dessas pessoas como fomento do debate e conservação sobre as suas raízes culturais. Outro fator para a escolha do bairro do Pau Ferro é o fator religioso, tendo em vista que neste bairro há uma comunidade católica, pensada em ser nossos sujeitos das pesquisas, as pessoas que ali frequentam.

Com esse pensamento, nosso intuito é colaborar na formação identitária dessa comunidade religiosa, contribuindo para a preservação e transmissão da memória local. Além disso, buscamos registrar historicamente sua existência e enriquecer o acervo bibliográfico, atualmente escasso, sobre essa comunidade. Há também grande viabilidade e interesse no desenvolvimento da pesquisa no Bairro Pau Ferro, devido a minha trajetória enquanto articulador, participante e religioso da comunidade de fé do respectivo território. Atualmente, alguns bairros populosos guardam marcas desse passado e das suas especificidades étnico-raciais por meio de sua cultura, religião e espiritualidade, entretanto, pouco há documentado acerca de relato de suas origens. Assim sendo, esta pesquisa visa coletar dados por meio do método da história de vida, realizando entrevistas com os moradores do bairro Pau Ferro, um território reivindicado como quilombo.

O presente estudo visa também reverberar as mudanças conceituais sobre comunidades remanescentes de quilombo, uma vez que membros dessa comunidade reivindicam tal reconhecimento, ainda não cancelado pela Fundação Palmares. Essas retomadas conceituais têm sobremaneira importância, devido a forma como implica no reconhecimento identitário dos povos diaspóricos. A negritude, a racialidade e muitos outros aspectos fortalecem ou podem gerar negação à forma como determinado grupo se identifica. Ademais, muito tem sido produzido teoricamente acerca das relações raciais e até mesmo sobre o conceito de comunidades tradicionais, assim, são de grande valia partilhar criticamente de autores e obras contemporâneas que podem diretamente dar mais base à pesquisa.

Minhas motivações pessoais para empreender esta pesquisa são profundamente enraizadas na minha jornada de vida e experiências que moldaram minha perspectiva. Cresci em um ambiente onde a diversidade étnica era a norma. Minha própria família é um mosaico de origens étnicas, e isso proporcionou uma visão direta das complexidades das relações entre

diferentes grupos culturais.

Desde jovem, fui exposto a celebrações culturais variadas, línguas diferentes e tradições únicas, que enriqueceram minha compreensão do mundo ao meu redor. No entanto, não pude deixar de notar que, apesar das riquezas culturais que essa diversidade proporcionava, também testemunhei os desafios que surgiam nas interações cotidianas.

Vi a discriminação sutil e muitas vezes explícita que algumas pessoas enfrentavam com base em sua origem étnica. Essas experiências me levaram a questionar profundamente as raízes e as manifestações dessas tensões étnicas em nossa sociedade. Além disso, eventos globais e notícias sobre conflitos étnicos e movimentos de afirmação cultural me trouxeram um senso de urgência.

A constante evolução das dinâmicas étnicas no cenário internacional demonstrou que as questões que eu vivenciei em meu ambiente pessoal são reflexos de desafios mais amplos e complexos enfrentados em todo o mundo. Minha motivação pessoal para esta pesquisa é, portanto, uma busca por respostas, um desejo de compreender as tensões étnicas, as formas de mitigá-las e as implicações para a coexistência harmoniosa. Sinto-me compelido a contribuir com meu conhecimento e esforços para promover a compreensão mútua e a justiça social em um mundo cada vez mais diversificado.

Sempre gostei de estudar e descobri como esse caminho nos permite crescer e evoluir, depois das graduações que pude fazer, e ser ordenado sacerdote em 2008, e já se vão aí mais de 15 anos, mesmo com as inúmeras atribuições que esse serviço demanda, nunca desanimei da busca por novos saberes. Quando descobri o Mestrado em Relações Étnicas, vi a oportunidade de obter um conhecimento que pouco tinha tido contato, um desafio instigador, compreender melhor as relações, as questões étnicas e dada a complexidade do tempo contemporâneo, conseguir estabelecer diálogos mais abertos e inclusivos, com aquilo que por vezes muito nos é diferente dentro do ambiente eclesial. Como padre, é um desafio compreender e promover a comunhão com o que nos é diferente.

De certa forma, os espaços eclesiais são bem definidos por uma identidade cristã, com claras manifestações culturais de outras matrizes religiosas, mas sempre controladas por diretrizes cristãs. Emergir em um espaço que busca a autoafirmação e a clareza de identidades religiosas, muitas vezes bastante diferentes daquelas em que fui educado e formado, não é uma tarefa fácil, mas é necessária e, por vezes, essencial quando buscamos melhorar as relações em um mundo em constante mudança.

Causa certo desconforto ver O Órgão de Educação e Relações Étnicas (ODEERE) por vezes tão enfático nas ações de afirmação das religiões de matrizes africanas, é também um

espaço aberto as diversas manifestações religiosas e suas contribuições históricas e culturais, embora me pareceu pouco exploradas, contudo, encontro um ambiente aberto e capaz de tecer diálogos. Fui confrontado pelos professores sobre a construção desse trabalho, sobre a possibilidade de construí-lo a partir da comunidade do Pau Ferro, buscando referências que pudessem responder uma das questões propostas no que tange saber se há indícios que a configurem como uma comunidade quilombola, a partir da comunidade católica do bairro, cujo padroeiro é o Senhor do Bomfim.



Figura 2 (Fachada após primeira reforma da Igreja Senhor do Bomfim).

Figura 3 (Registro Fotográfico encontrado da Fachada mais antiga da Comunidade Católica Senhor do Bomfim)





Figura 4 (Fachada atual da Comunidade Católica Senhor do Bonfim – foto tirada em 06.05.2023)

Vi aí uma oportunidade de oferecer uma preciosa colaboração, do ponto de vista teórico, já que não se encontra uma vasta literatura que toque a temática das relações étnicas e contemporâneas a partir do Pau Ferro, mesmo tendo esse programa de mestrado inserido no espaço geográfico do bairro, e também de valorizar a trajetória católica, tão forte no bairro, a partir de ações de ajuda mútua e tantas outras manifestações, que podem ser observadas quando se conhece a história da construção da comunidade.

É um trabalho libertador e ao mesmo tempo lindo, se descobrir Negro e não “pardo”, como por toda a vida fomos colonizados a nos identificar, sem que com isso percamos a identidade cristã construída em anos de caminhada religiosa, e formação teológica. Porque não é negro apenas quem ocupa os espaços dos nossos ancestrais, mas ser negro é um pertencimento a não apenas uma história de resistência, que vai além de traços fenotípicos e genéticos, ser negro é ser pessoa.

Isto posto, esta dissertação tem por objetivo geral analisar a história de vida de pessoas, especialmente os moradores mais antigos da comunidade do Pau Ferro na cidade de Jequié-BA, com foco em suas memórias e etnicidades em diálogo com as reflexões sobre as questões quilombolas no Brasil.

Como objetivos específicos, elencamos: o registro das histórias de vida de moradores do bairro, no sentido de promover a história contada pelos próprios moradores; e a reflexão sobre as categorias de etnicidade que emergem das histórias de vida desses sujeitos com suas trajetórias de migração ou permanência.

No decorrer desta dissertação, compartilharei minhas experiências pessoais e acadêmicas que moldaram essas motivações, e espero que este estudo possa contribuir para uma discussão significativa sobre as relações étnicas contemporâneas e seu impacto na sociedade



Figura 5 (Árvore do Pau-ferro que existia na rua descendo a Igreja do Bonfim)

A Igreja da Comunidade Católica do Senhor do Bonfim encontra-se no local onde antes existiu a imponente árvore que dá nome ao bairro (Pau Ferro). Testemunha do passado, o espaço foi marcado por dois chafarizes do outro lado da rua, fornecendo água, essencial para o abastecimento das casas dos moradores. Fundada por volta de 1970, essa Igreja tornou-se um ponto central para os fiéis que anualmente participam da tradicional Festa do Senhor do Bonfim, realizado todo ano no dia vinte e um de janeiro.

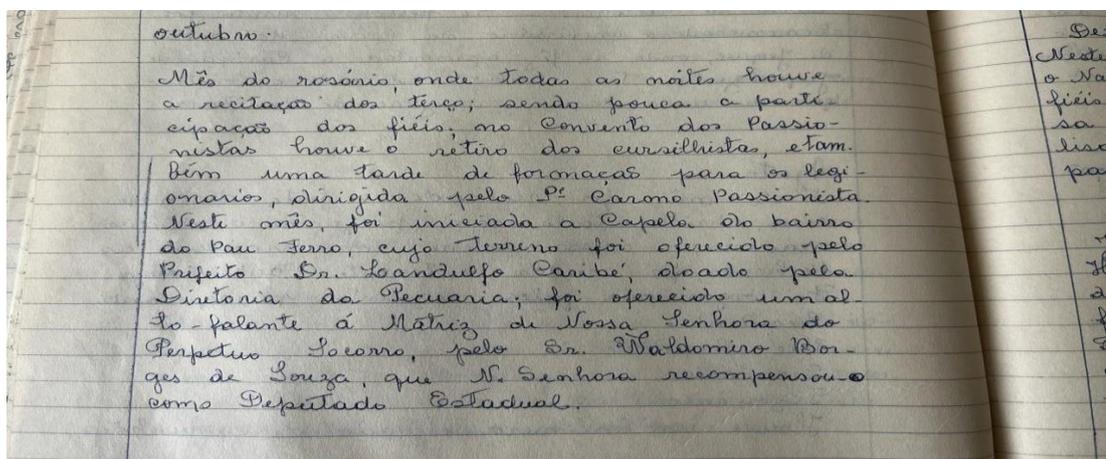


Figura 6 (Livro de Tombo 1 – Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Registro da doação do terreno para construção da Capela do Senhor do Bomfim em 1975).

Ao longo dos anos, essa igreja desempenhou um papel significativo na conversão religiosa coletiva, transformando-se em um ponto de referência essencial para a comunidade do Pau Ferro, como fomentadora não apenas de questões de fé, mas de diversos elementos culturais e sociais do bairro. Inicialmente, era uma capela pequenina e bem simples, a igreja cresceu junto com a comunidade e celebrará em 2025 seu Jubileu de 50 anos.

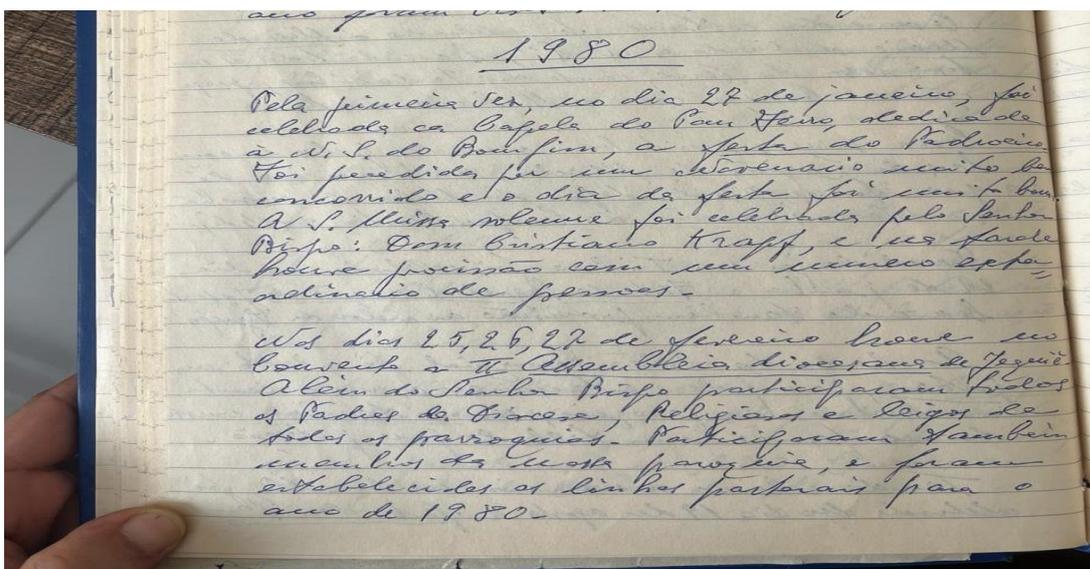
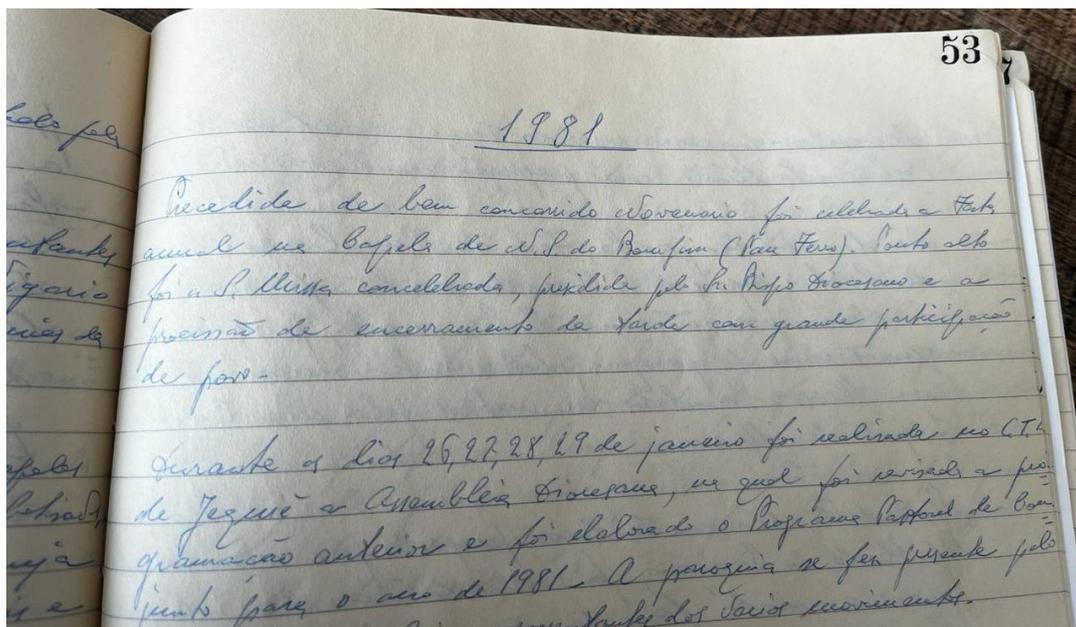


Figura 7
(Livro de Tombo 1 Paróquia Nossa Senhora do Perpetuo Socorro – Registro da Primeira Festa realizada na Igreja da

Comunidade – Presidida pelo 1º Bispo da Diocese de Jequié, recém criada e empossado na época)

Figura 8 (Livro de Tombo 1 – Registro da segunda Festa da Comunidade Senhor do Bonfim, Presidida Pelo Bispo Diocesano do



Cristiano Jacob Krapp)

O Padre Hilário, responsável pela ereção da comunidade eclesial, foi um importante religioso passionista, congregação religiosa masculina responsável pela paróquia e convento católico que atende ao bairro. À frente da Comunidade, o Sr. Isaias, homem negro, desempenhou o papel de coordenador por muitos anos, até seu falecimento, em 2020. Com uma forte e dedicada liderança, seu legado vive na história da comunidade, que continua a crescer e fortalecer seus laços espirituais ao redor da Igreja do Senhor do Bonfim.



Figura 9 (+Padre Hilário Terrosi -1914 – 2004, fonte: pesquisas no google em 2024)

Portanto, esse trabalho tem como efeito colaborar para uma melhor compreensão sobre a cidade de Jequié e sua história. Tradicionalmente, em termos de uma historiografia tradicional (Schimidt; Cainelli, 2004 e Martins, 2004), muito se enfatiza a participação da comunidade italiana na construção da cidade. Esse trabalho procura dessensibilizar o papel de outras comunidades na construção da cidade, chamando a atenção para o papel da comunidade trabalhadora indígena e negra, esta que inclusive compõe maioria da população da cidade.

1. METODOLOGIA

Em vista de alcançar os objetivos propostos para este estudo, que se propõe a apresentar a história de vida de moradores antigos do bairro Pau Ferro com foco em suas memórias e etnicidades, pretende-se, a partir de uma metodologia qualitativa e exploratória (Gil, 2007), realizar entrevistas semiestruturadas que permitam reconstruir a história de vida dessas importantes pessoas e do seu território. Para viabilizar tais intuítos, usei a metodologia qualitativa, a qual, segundo Goldenberg (1997), propõe-se a oferecer um aprofundamento da compreensão em torno de um determinado grupo social, organização ou fato.

Fonseca e Moraes (2002) descrevem metodologia como um conjunto de parâmetros voltados para a viabilização de toda pesquisa científica de forma organizada e criteriosa, permitindo assim gerar soluções para os problemas levantados pelo pesquisador. Logo, visando tornar o estudo ainda mais específico, cabe destacar que o universo a ser pesquisado serão pessoas negras (heteroidentificadas inicialmente por mim) que frequentam a comunidade Senhor do Bonfim, especialmente os moradores mais antigos. A partir disso, foi feito o registro de memórias da história da comunidade a partir das narrativas dos moradores entrevistados que

geraram as biografias colocadas em diálogo, por meio da análise de conteúdo (Bardin,1977).

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma análise baseada na memória e história de vida dos participantes (conforme Bosi, 2009), com o intuito de construir uma narrativa local que focalizasse as relações étnicas.

Para analisar os relatos dos moradores do Pau Ferro, estabeleceu-se um contato direto com a comunidade. Isso permitiu coletar relatos em primeira mão sobre suas experiências no local pesquisado. Além disso, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica e do referencial teórico que fundamentam a discussão e a compreensão do tema em estudo. Dessa forma, outras discussões, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, foram integradas ao processo de pesquisa e reflexão sobre o tema a ser pesquisado.

A presente pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil que, a aprovou sob o parecer Nº: 5.481.018, em 06 de junho de 2022, pelo Comitê de Ética em Pesquisa-CEP. Após a aprovação do CEP da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, iniciamos a coleta dos dados.

1.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

Para selecionar os participantes deste estudo, empregamos como critérios de inclusão: pessoas negras (heteroidentificadas inicialmente por mim) que fossem participantes da comunidade. Elas responderam as entrevistas após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Com base neste processo, foram conduzidas duas atividades principais: a) entrevistas semiestruturadas com os moradores da comunidade e b) uma entrevista semiestruturada com a coordenadora da comunidade. No total, foram realizadas nove (9) entrevistas, envolvendo sete mulheres e dois homens. Contudo, para essa dissertação optamos por trabalhar com quatro delas, pela compreensão de que permitem produzir reflexões mais detalhadas sobre a história do lugar. Essas quatro entrevistas selecionadas permitiram que apresentássemos mais informações sobre a história do bairro, no sentido de nos apresentar mais referências de lugares e pessoas. O instrumento de coleta de dados foi composto de dez (10) perguntas norteadoras da entrevista semiestruturada visando a história de vida conectada com a história desse território, utilizando um gravador de voz para melhor registro e posterior transcrição e análise.

Considerando isso, a análise foi realizada com base nos relatos de experiências dos moradores e da coordenação da comunidade. Após a coleta de dados e utilizando a análise de conteúdo de Bardin (1977), eles foram sistematicamente classificados por meio de seleção

(análise dos dados), codificação (técnica operacional de categorização) e tabulação (organização dos dados para verificar as inter-relações das variáveis). Essa classificação proporciona maior clareza e organização na etapa final desta pesquisa, que envolve a interpretação dos resultados e a elaboração do texto dissertativo.

Para a organização desta dissertação, a produção dos dados foi organizada em alguns momentos, conforme descrição abaixo: 1) Realização do primeiro contato com as lideranças religiosas católicas da comunidade, para facilitar o acesso às pessoas idosas da comunidade, afim de que permitissem a realização de nossa pesquisa, bem como. 2) Nesse contato levantamos as possibilidades dos sujeitos que poderiam se encaixar no perfil buscado nesta pesquisa 3) Contato com os interlocutores da pesquisa em suas residências. Desse modo realizei a apresentação e explicação sobre a pesquisa; 4) Conversa com os participantes que aceitaram colaborar. 5) Realização de entrevista de forma individual.

A elaboração cuidadosa do roteiro da entrevista desempenhou um papel crucial na orientação e condução eficaz da coleta de dados. Este roteiro condensou a proposta de investigação em pontos ou tópicos vitais, que foram indispensáveis para alcançar o propósito desta pesquisa. Quanto ao local para a coleta de dados, foi dada total autonomia a cada participante. Eles tiveram a liberdade de determinar o dia e o horário das entrevistas, sempre respeitando sua disponibilidade pessoal.

As entrevistas foram organizadas em dois dias com a ajuda da coordenadora da Comunidade Católica Senhor do Bomfim: primeiro dia, cinco de julho de dois mil e vinte e três (05.07.2023), entrevistei quatro moradores mais antigos do bairro, uma conversa fluida e descontraída, o fato de estar com alguém do conhecimento e confiança deles, foi muito importante para que assim ocorressem as entrevistas. Segundo dia, seis de julho de dois mil e vinte e três (06.07.2023) – tendo agendado com um interlocutor, que inclusive já havia realizado pesquisas semelhantes na comunidade, embora não se encaixasse na faixa etária objetivada inicialmente por essa pesquisa, achei preponderante a sua participação, dado o conhecimento sobre a história de vida dos moradores mais antigos do bairro do Pau Ferro, já que uma de suas pesquisas foi publicada inclusive pelo ODEERE/UESB (Órgão de Educação e Relações Étnicas da Universidade Estadual da Bahia). Esta é inclusive umas das poucas bibliografias encontradas sobre o bairro. Todas as entrevistas foram gravadas e realizada as transcrições.

A pesquisa qualitativa, fundamentada nas abordagens de Denzin, Lincoln (2006) e Creswell (2007) destaca-se pela busca de compreensão profunda dos fenômenos sociais a partir das perspectivas dos participantes. Essa metodologia, caracterizada por coleta de dados em ambientes naturais e utilização de técnicas como entrevistas e observações, é particularmente

eficaz na exploração de fenômenos complexos e pouco compreendidos, promovendo uma compreensão aprofundada dos significados atribuídos pelos envolvidos.

Um aspecto essencial da pesquisa qualitativa é a valorização da subjetividade dos participantes, conforme destacado por Flick (2019). Essa abordagem busca compreender interpretações e significados a partir da perspectiva dos sujeitos, evitando imposições interpretativas por parte do pesquisador. Ao priorizar a participação ativa dos indivíduos, a pesquisa qualitativa busca coletar dados descritivos na linguagem natural do sujeito, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada das complexidades da experiência humana.

A escolha da entrevista semiestruturada, respaldada por Bogdan, Biklen e Minayo (2014), é justificada pela sua capacidade de permitir que os participantes expressem suas respostas de maneira pessoal, sem limitações estritas a questões muito predefinidas. Neste estudo, a concepção das fontes orais e da memória como reveladoras de significados transcende a visão convencional das entrevistas, abrindo novas possibilidades de investigação. A opção por relatos orais na perspectiva da memória destaca a riqueza intrínseca ao aprendizado a partir das imagens e evocações dos sujeitos, possibilitando a reconstrução de eventos marcantes em suas trajetórias.

No que se refere a organização dessa dissertação, nesta seção inicial, delineamos os principais elementos da pesquisa, apresentando a base teórica, a questão norteadora do estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos. Além de oferecer uma narrativa que lança luz sobre a trajetória pessoal do mestrando. Nesse contexto, evidenciamos sua forte afinidade com o objeto de estudo, proporcionando uma compreensão mais aprofundada de como sua experiência pessoal se entrelaça com os propósitos da pesquisa.

No primeiro capítulo, inicialmente apresentamos um levantamento sobre os estudos contemporâneos acerca das comunidades quilombolas no contexto brasileiro. Esses grupos, notáveis por sua resistência e identidade única, desempenharam um papel crucial na formação da diversidade nacional. Desde o reconhecimento constitucional em 1988 até as discussões contemporâneas sobre suas características, as comunidades quilombolas transcenderam a mera definição histórica. Este trecho destaca a evolução conceitual dessas comunidades, revelando não apenas suas lutas contra a escravidão, mas também suas contribuições dinâmicas para a cultura e identidade brasileiras.

No capítulo segundo, apresentamos os participantes desta pesquisa, com uma breve caracterização e, por fim, relatamos o processo de produção e os procedimentos de análise e interpretação de dados. Nesta parte da dissertação, cada subseção sistematiza as categorias a que chegamos a partir da análise dos depoimentos coletados nas entrevistas semiestruturadas.

A primeira categoria de análise de dados é encontrada na seção “Heranças e Vivências na Infância Quilombola: Teias de Histórias e Resiliência”. Exploramos as fascinantes percepções e histórias compartilhadas pelos moradores da Comunidade Pau Ferro-Jequié. Cada morador é uma voz única, abrindo janelas para o passado e oferecendo uma visão enriquecedora sobre a trajetória histórica dessa comunidade a partir das histórias individuais, que muitas vezes não se deram na própria comunidade, mas que advém de processos migratórios. Através de suas narrativas, testemunhamos a transformação do Pau Ferro ao longo do tempo, revelando camadas profundas de memória, cultura e identidade que moldam a comunidade hoje.

A segunda categoria é encontrada na subseção “Percepções de moradores sobre a história da comunidade Pau Ferro-Jequié”, que discorre sobre as narrativas de vida dos moradores do Pau Ferro, desvendando memórias, experiências e o tecido social que molda essa comunidade. Através das reflexões iniciais, buscamos compreender as nuances e significados que permeiam a história pessoal desses residentes, contribuindo para um retrato mais completo e autêntico da vida em Pau Ferro, as histórias de vida de moradores do bairro, no sentido de promover a história contada pelos próprios moradores.

A terceira categoria pode ser acompanhada na seção “Entre raízes e mudanças: tramas identitárias em comunidades quilombolas” destaca-se como uma oportunidade única para aprofundar a compreensão das intrincadas experiências vividas pelas comunidades quilombolas. Estas comunidades, como guardiãs de tradições ancestrais, preservam um legado marcado pela resistência, resiliência e forte conexão com a terra. Ao explorar as tramas identitárias, somos guiados por uma jornada que transcende as fronteiras temporais, conectando gerações e revelando a riqueza de uma herança cultural única. A presença viva de elementos como línguas, práticas religiosas, culinária e manifestações artísticas ressalta a vitalidade dessas comunidades, enquanto enfrentam os desafios contemporâneos com adaptação e ressignificação constantes. A reflexão sobre as tramas identitárias em comunidades quilombolas emerge como um convite à compreensão da diversidade cultural do Brasil, destacando as lutas e conquistas dessas comunidades na busca por reconhecimento, justiça e autonomia.

A última categoria é explorada na seção quatro “Cores da alma: explorando a diversidade étnica e racial nas narrativas pessoais”. Trata-se de uma reflexão sensível de como cada narrativa individual se converte em uma paleta única de cores, refletindo a riqueza intrínseca da diversidade étnica e racial que molda a complexidade da identidade. Essas histórias entrelaçadas por memórias, desafios e triunfos proporcionam uma oportunidade singular para compreender as múltiplas nuances presentes nas trajetórias marcadas por distintos matizes de vivências e origens. Ao explorar essas narrativas, propomos uma reflexão sobre a

beleza inerente às diferenças, promovendo um diálogo significativo acerca da inclusão, reconhecimento e celebração das diversas cores que compõem a essência de nossa sociedade.

Nas considerações finais, foi realizada uma síntese da dissertação, destacando elementos que se acredita reforçarem a demanda de setores da comunidade que se auto identificam como quilombolas. Além disso, foram apresentadas as sutilezas e contradições inerentes a esse processo identitário.

2. Entre Teorias e Comunidades: Um Capítulo Sublime de Histórias Entrelaçadas

Neste capítulo apresenta-se um contexto teórico acerca do temário em discussão, voltado a promover o entendimento do objeto da presente dissertação. Utilizou-se como base discursiva, as concepções de: Arruti (2008), Pollak (1992); Santos (2012); Silva; Silva (2014); Souza (2008; 2014); Munanga (2006), Moura (2008; 2021); Cavalcanti (2018), Lima (2020); Macedo (2020); O'dwyer (2002), dentre outros autores.

O intuito é discorrer sobre as comunidades quilombolas, considerando as questões relativas ao percurso trilhado para a formação dessas comunidades, bem como a relevância que possuem enquanto população com fortes e importantes características culturais influentes para o nosso país, considerando os aspectos ligados à identidade e memória desses povos como elementos significativos para registros das histórias locais, suas vivências, crenças, lutas e religiosidades.

2. ENTRE TEORIAS E COMUNIDADES: UM CAPÍTULO SUBLIME DE HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

Neste capítulo apresenta-se um contexto teórico acerca do temário em discussão, voltado a promover o entendimento do objeto da presente dissertação. Utilizou-se como base discursiva, as concepções de: Arruti (2008), Pollak (1992); Santos (2012); Silva; Silva (2014); Souza (2008; 2014); Munanga (2006), Moura (2008; 2021); Cavalcanti (2018), Lima (2020); Macedo (2020); O'dwyer (2002), dentre outros autores.

O intuito é discorrer sobre as comunidades quilombolas, considerando as questões relativas ao percurso trilhado para a formação dessas comunidades, bem como a relevância que possuem enquanto população com fortes e importantes características culturais influentes para o nosso país, considerando os aspectos ligados à identidade e memória desses povos como elementos significativos para registros das histórias locais, suas vivências, crenças, lutas e religiosidades.

2.1 Páginas do passado: desdobramentos históricos nas comunidades

Compreender e explorar a diversidade da população brasileira, especialmente os povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, implica em desvendar a rica tapeçaria histórica e cultural de diversos grupos que convergiram neste território. Ao reconhecer suas trajetórias e contribuições, esses povos enriquecem a construção da identidade brasileira, moldando-a com suas vivências, bagagens culturais e memórias (Munanga; Gomes, 2006).

A discussão em torno das questões relacionadas aos quilombolas ou suas comunidades no Brasil ganhou notoriedade, especialmente na década de 80. Esse destaque é atribuído, em grande parte, à promulgação do Artigo 68 nos Atos Dispositivos Constitucionais Transitórios (ADCT) da Constituição Federal de 1988. Esse artigo identifica os remanescentes de quilombos, como eram nomeados à época, como sujeitos de direito, conferindo ao Estado a responsabilidade de garantir-lhes os títulos definitivos de propriedade (Silva *et al.*, 2010).

Ao reconhecer o direito à terra ocupada pelos quilombolas, o Artigo 68 também atesta a existência incontestável dessas comunidades. Contudo, não esclarecia os procedimentos e ações necessários para a efetivação dessa legislação, o que desencadeou uma intensa discussão em torno da temática quilombola.

No embate conceitual sobre a definição de quilombos, o ano de 1994 marcou uma transição significativa com a realização do Seminário da Fundação Cultural Palmares, nome

que homenageia o *Quilombo dos Palmares*² em Brasília, onde o campo acadêmico, representado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 1994), ingressou de maneira mais influente no debate sobre quilombos, segundo (Silva; Silva 2014). Durante a gestão de 1994 a 1996, a ABA direcionou seus esforços para participar ativamente desse diálogo, culminando na produção de um documento resultado das reflexões sobre a aplicação do Art. 68 do ADCT durante a primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ).

Este documento propôs uma abordagem que reconhece os quilombos como "grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos em um determinado lugar". A identidade quilombola, conforme definida, é moldada por uma "referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores compartilhados", caracterizando esses grupos como entidades étnicas, conceituadas pela Antropologia por meio do entendimento da etnicidade (Aba, 1994; O'Dwyer, 2011).

Conforme afirmado por Arruti (1997, 2003), o Artigo 68 não apenas reconheceu o direito das comunidades quilombolas sobre seu espaço territorial, mas também introduziu a categoria "remanescente de quilombo" como uma expressão política e sociológica. Nesse cenário, para uma compreensão mais abrangente e aprofundada das comunidades quilombolas, torna-se crucial desvincular a concepção vinculada ao passado e adotar uma nova perspectiva sobre o que significa ser uma comunidade quilombola.

Nelas [terras de uso comum] o controle sobre a terra seria uma função mais coletiva que individual, seus limites seriam tributários dos laços e usos sociais, simbólicos e ambientais, mais do que da posse de documentos (relação abstrata e formal de propriedade), e a origem destas terras estaria diretamente relacionada à forma pela qual se operou a abolição, isto é, estaria ligada à negação da posse ou da propriedade aos ex-escravos (Arruti, 2008, p. 327).

Essas áreas não representam mais apenas terras de "negros fugidos" do processo de escravização, mas sim territórios de resistência, centrados em uma questão mais ampla de identidade e compartilhamento. Essa abordagem ressalta a valorização das tradições, histórias e da própria cultura, tornando-se um elemento essencial para a consolidação dessas comunidades (Almeida, 2002).

A formação dos quilombos tem sua origem no período colonial, cuja base foi se formando a partir das formas de resistência a todos os tipos de violências enfrentadas. Os escravizados foram retirados de sua terra natal e trazidos à força para se locomover em terras

² O Quilombo dos Palmares localizava-se na serra da Barriga, região hoje pertencente ao estado brasileiro de Alagoas. Foi o mais emblemático dos quilombos formados no período colonial, tendo resistido por mais de um século, o seu mito transformando-se em moderno símbolo da resistência do africano à escravidão, ainda que, paradoxalmente, tenha-se conhecimento do uso de escravos em muitos quilombos.

brasileiras e serem escravizados nas grandes fazendas, engenhos e garimpos (Lima; Macedo, 2020).

Arruti (2008) oferece um repertório linguístico abrangente sobre o quilombo, englobando termos, conceitos, lugares-comuns e figuras de linguagem, que delineiam as possibilidades de construção desse significado. Segundo o autor, a primeira definição do quilombo emerge no contexto da legislação colonial e imperial, onde o termo se encontra associado à ideia de bandido, fuga e isolamento.

Não é possível falar deles sem adjetivá-los (quilombos), seja por meio da fórmula legal que lança mão de remanescentes ou das tentativas de ajuste desta, por meio de Contemporâneos. Depois de adjetivá-lo, porém, é ainda necessário definir qual o conteúdo que cabe a cada adjetivo, já que se trata de uma categoria em disputa. Não apenas em função de seu caráter polissêmico, aberto, com grandes variações empíricas de ocorrência no tempo e no espaço. Mas uma disputa em torno de como o plano analítico se conecta com os planos político e normativo (Arruti, 2008, p.315).

A formação das comunidades quilombolas foi marcada pelo conflito existente entre a identidade étnica e cultural que os caracteriza no conjunto da sociedade. Essas comunidades foram desenvolvendo ao longo da sua formação maneiras de viver e de saber característicos de sua organização social, modos de produzir e concepções religiosas. Com isso, as comunidades são formadas por diferentes povos, dentre eles os povos que foram escravizados, negros alforriados, constituídas em quilombos que batalham por direitos, valores, e pela garantia de seus espaços (Leite, 2018).

Assim, no Brasil, a história direcionava-se acerca do tráfico e comércio de africanos e africanas vindo de diversos lugares da África, tendo o Brasil como o último país a abolir a escravidão e que mais importou pessoas escravizadas. Cerca de 40% dos africanos escravizados tiveram o Brasil como o destino final e atualmente 65% da população negra nas Américas é constituído por brasileiros (Souza, 2008).

A palavra quilombo carrega, em si, um enorme contexto histórico transportado de lutas e significados, assim como incessantes resistências manifestadas ao modelo de sistema exigido, de acordo com Moura (2021, p. 41):

[...] não podemos deixar de ver o quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas. Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente.

Segundo Munganga e Gomes (2006), para resgatar o vínculo do quilombo brasileiro com o quilombo africano é importante comprovar sua relevância como maneira de resistência ao sistema escravocrata. Os movimentos sociais que compuseram a luta, em especial do movimento negro e de estudiosos e pesquisadores sobre a população afro-brasileira,

possibilitaram a uma vasta parcela desta população, pleitear o reconhecimento de seus espaços como quilombolas:

A organização dos quilombos era muito variada, dependendo do espaço ocupado, de sua população inicial, da qualidade de terreno em que se instalavam e das possibilidades de defesa contra as agressões das forças escravistas. Aproveitavam-se desses recursos naturais regionais, e os exploravam ou industrializavam, dando-lhes, porém, uma destinação diferente no setor da distribuição. Ao invés de se centrarem na monocultura que caracterizava a agricultura escravista, que também monopolizava a produção na mão dos senhores, os quilombos praticavam uma economia policultora, ao mesmo tempo distributiva e comunitária, capaz de satisfazer as necessidades de todos os seus membros (Moura, 2008, p. 45).

Como bem descrito acima, os quilombolas eram bem dedicados em sua organização, promovendo um espaço de caráter democrático em relação ao seu povo, prezando assim pelo bem-estar e valorização de cada membro do grupo com respeito às habilidades e papel de cada um. Essa organização representa bem o espírito de reconhecimento das potencialidades e importância dos membros, considerando a hierarquia destes.

O quilombo mais conhecido foi o quilombo de Palmares, na Serra da Barriga em Alagoas, entretanto, em torno de dois mil quilombos deram origem a comunidades chamadas de quilombolas na atualidade brasileira. Palmares ficou mundialmente conhecido devido às lutas em busca de reconhecimento, mas principalmente por ser símbolo de resistência. Ele era formado por diversas moradias construídas de forma artesanal a partir de materiais que se encontravam disponíveis, e a principal delas era encontrada no centro, servindo como espécie de conjunto administrativo para líderes que controlavam toda a economia local, e mantinham laços comerciais em outros lugares (Barbosa, 2018).

Os quilombos muitas vezes traziam medo para a população local em virtude do prejuízo econômico, quando ocorria a fuga dos escravizados, que fugiam para os quilombos e cometiam roubos e fugas. Toda a reclamação levada em consideração fazia com que eles travassem guerras e destruíssem os acampamentos. No século XVII, Palmares foi destruído e teve o seu líder capturado e executado em local público de forma brutal. Diante disso, os quilombolas foram perseguidos e alguns quilombos destruídos, enquanto outros conseguiram sobreviver às perseguições (Silva; Silva, 2014).

Os escravizados realizavam a sua resistência mesmo a tanta violência e injustiça, para assim tentar escapar destes sofrimentos, muitos destes se matavam e outros partiam para os quilombos, na tentativa de terem uma nova vida. E assim, tiveram muitos motivos para a formação das comunidades quilombolas em todo o Brasil, as quais se desenvolveram por diferentes meios, inclusive por terras recebidas em troca de pagamento de trabalho (Lima, 2020).

Assim, Moura (2008), em uma das muitas definições encontradas e pensando historicamente, define quilombo como organização sociopolítica, em que acontecem resistências e combates ao processo escravista. Visto que em uma sociedade onde se favorece o sistema escravocrata, o escravizado pela sua posição no espaço social, para dinamizá-la tem de negá-la, já que não lhe oferecem possibilidades de ascensão capaz de modificá-la. Esta necessidade é que leva o escravizado a se organizar em movimentos ou grupos de negação ao sistema.

A marca indelével na história dos negros foi a resistência frente à brutalidade da escravidão. Enfrentando inúmeras adversidades, os escravizados resistiram de diversas formas.

A dinâmica inerente ao jogo, como identificada por Leite (1991), é passível de compreensão mediante a análise dos diversos interesses presentes na sociedade e das tensões inerentes a esses interesses. Nesse contexto, determinadas comunidades atribuem ao território uma importância tão fundamental que sua relevância transcende, sendo utilizado como fundamento para a própria existência do grupo. O território negro, assim, incorpora dimensões significativas, como identidade e política, no âmbito do ambiente em que está inserido (Barbosa, 2010).

Leite (1991) reflete sobre uma categorização dos territórios negros, proposta por Nina Rodrigues, no início do Século XX, de que haveria duas tipologias distintas no Brasil: uma permitida e outra proibida. Segundo o autor, a ocupação territorial por negros é permitida em áreas economicamente desfavorecidas, ocorrendo de maneira monitorada pelas instâncias policiais e estatais. Por contraste, os quilombos representavam a forma proibida de ocupação do território.

As comunidades quilombolas, delineadas por uma rede intrincada de cooperação e organização, amalgamavam diversos grupos oprimidos em oposição ao sistema, revelando os jogos dinâmicos da sociedade (Leite, 1991). Nesse contexto, Moura destacou a diversidade dessas comunidades, que cultivavam relações interconectadas, proporcionando acesso a recursos essenciais e inserção nas esferas social e econômica (Moura, 1987). Algumas comunidades, como o Quilombo dos Palmares, desenvolveram relações comerciais, gerando recursos e estabelecendo redes locais de interesses compartilhados (Freitas, 1984).

No âmbito da subsistência, as comunidades quilombolas transcenderam a mera agricultura, conforme identificado por Freitas (1984) em sua pesquisa sobre o Quilombo dos Palmares, que apontou sete formas distintas de organização social e econômica. Além disso, as comunidades foram palcos de intensas manifestações religiosas, combinando elementos das religiões africanas com o catolicismo, evidenciando uma rica diversidade de crenças (Landes,

1967; Moura, 1987).

A sociabilidade nas comunidades quilombolas mais antigas, marcada por práticas comunitárias como o comunitarismo, revelava-se na propriedade coletivizada e na cooperação em atividades como o mutirão (Schmidt; Araújo, 2012); (Moura, 1987). A afetividade, caracterizada por relações poliândricas e poligâmicas, desafiava os padrões monogâmicos da sociedade escravocrata, sendo interpretada por Reis (1996) e Moura (1987) como uma resposta às condições contextuais que privilegiavam os homens.

Dessa forma, as comunidades quilombolas, ao desvelarem complexas formas de resistência e autonomia, manifestaram-se como centros de rica diversidade cultural, onde se forjaram alternativas organizacionais em diferentes esferas da vida comunitária.

2.2 Trilhando caminhos legais: a salvaguarda das comunidades Quilombolas

Como dito no início do capítulo, na década de 1980, o Movimento Negro intensifica sua atuação em estados como Maranhão, Pará e Goiás, identificando e visibilizando os conflitos por terra. O I Encontro Estadual das Comunidades Negras Rurais, em 1986, estabeleceu laços de coletividade e estratégias de luta, consolidando a coesão na busca por direitos e territórios que atravessava essas comunidades desde a década de 1950. Eventos nacionais, como o II Seminário Nacional de Sítios Históricos e Monumentos Negros (1992) e o I Seminário Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombos (1994), reforçaram a relação intrínseca entre as questões raciais e a luta por terras, evidenciando um processo em que a própria comunidade desempenha um papel crucial na articulação dessas dimensões (Fiabani, 2009; Little, 2002).

Corroborando com essa perspectiva, Almeida (1989) conduziu uma pesquisa que destacou as comunidades negras sob as denominações de "terras de preto", "terras de santo" e "comunidades de senzalas". Essas comunidades adotavam uma forma de gestão vinculada às terras de uso comum, desafiando as classificações convencionais dos órgãos censitários. Além das lutas fundiárias e raciais, essa pesquisa revelou uma característica comum nas comunidades: a gestão coletiva das terras, que representa uma forma única de resistência e organização (Almeida, 2002).

O respaldo jurídico e a proteção legal das comunidades quilombolas representam uma realidade conquistada por meio de inúmeras batalhas. Além do Brasil, países como Colômbia, Suriname, Nicarágua, Honduras, Equador e Belize possuem legislações significativas voltadas para a proteção de suas comunidades quilombolas. Nesse contexto, é fundamental destacar que, no âmbito da promoção dos direitos humanos, tratados da ONU têm uma relação direta com as

comunidades quilombolas, destacando-se a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CEDR) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) (ONU, 1966). Além disso, merece destaque as Normas Internacionais de Regulamentação de autorreconhecimento das comunidades quilombolas, sobretudo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece a essas comunidades uma série de direitos.

Na legislação brasileira, a Constituição Federal, em seu artigo 1º, consagra o Estado Democrático de Direito como cláusula imodificável, assegurando as garantias individuais e sociais dos cidadãos. Essas garantias devem ser preservadas por um governo justo e atuante, pautado pela igualdade, sem discriminação por cor, sexo, raça, classe social ou credo. Essa abordagem constitucional reflete um compromisso com a defesa dos direitos humanos, incorporando, portanto, as comunidades quilombolas nessa salvaguarda legal.

Nesse contexto, estabelece-se uma base robusta para os direitos e garantias fundamentais, englobando tanto os direitos individuais quanto os coletivos, centrados na concepção da pessoa humana e sua personalidade, compreendendo elementos como a vida, igualdade, dignidade, segurança, honra, liberdade e direitos sociais. O Estado, nessa perspectiva, assume a responsabilidade de garantir uma série de direitos aos indivíduos, abrangendo áreas como educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados. O propósito dessas garantias é aprimorar as condições de vida dos menos favorecidos, conforme estipulado no artigo 5º da Constituição (Gonçalves; Barboza, 2018).

É pertinente destacar que o artigo 215 da Constituição Federal consolida o pleno exercício dos direitos culturais e a preservação das expressões das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos integrantes do processo civilizatório nacional de maneira equitativa (Santos, 2012). Essa disposição constitucional reforça o compromisso do Estado em salvaguardar e promover a diversidade cultural, reconhecendo-a como componente essencial do patrimônio nacional e reafirmando a importância da equidade no tratamento das diferentes manifestações culturais no contexto brasileiro.

No contexto que respaldam os direitos das Comunidades Quilombolas no Brasil, destacam-se instrumentos normativos como o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta a questão fundiária dessas terras, o Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007, referente à gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e a Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007, da Fundação Cultural Palmares (Brasil, 2003; 2007).

No âmbito federal, várias legislações foram estabelecidas para garantir direitos às populações quilombolas. Destacam-se a Lei n. 13.345/2016, que cria secretarias especiais para pessoas com deficiência e idosos, e a Lei n. 12.288/2010, que institui o Estatuto de Igualdade Racial (Brasil, 2016; 2010). A incorporação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na Constituição Federal, que representa um marco para a promoção da igualdade e justiça social, sendo essencial para a proteção dos quilombolas, como destacado por Nascimento et al. (2016).

O início dos anos 2000 marcou um cenário político mais progressista no Brasil e globalmente, culminando, especialmente em 2003, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), à presidência. Esse período testemunhou transformações nas dinâmicas político-institucionais, impulsionadas pelo apoio dos movimentos sociais brasileiros, incluindo o Movimento Negro Brasileiro. Sob essa conjuntura, as disputas no campo legislativo e jurídico ganham novos contornos, direcionando-se para o avanço das políticas de ações afirmativas. Notavelmente, o Decreto 4887/03, em colaboração com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), ampliou as possibilidades de interpretação e engajamento das comunidades, abrindo caminho para uma abordagem mais inclusiva e emancipatória.

(...) Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. § 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental (Brasil, 2003).

Liderada por políticos vinculados a interesses de latifundiários, acadêmicos e juristas, frequentemente resulta na deslegitimação dessas comunidades por veículos midiáticos de massa. Essa abordagem não apenas questiona a validade dos quilombos, mas também constrói uma narrativa que os limita a um paradigma isolacionista, ignorando sua rica pluralidade e restringindo seu reconhecimento a um número mínimo de comunidades em disputa. Mesmo diante da robusta legislação, a narrativa distorcida desses grupos busca restringir a validade dos quilombos, desconsiderando as diversas formas de configuração espacial dessas comunidades.

Ao contextualizarmos a realidade atual das comunidades quilombolas no Brasil, fica evidente que o acesso à terra e a permanência nos territórios negros sempre envolveram

processos de luta e disputa. O artigo 68 do ADCT surge como uma ferramenta para viabilizar esse acesso, mas a efetivação desse processo é marcada por obstáculos, resultando em um número reduzido de comunidades tituladas em definitivo pelo Estado. Muitas comunidades certificadas ainda estão na primeira fase do processo de titulação.

Como é possível inferir, as comunidades quilombolas conquistaram muitos direitos, que devem e precisam ser respeitados para que seus povos tenham condições de continuarem escrevendo, contando suas histórias e resistindo a todas as formas de opressão, preconceito e descaso.

2.3 A memória como marco relevante de registro e disseminação da história local dos Quilombolas vista como patrimônio cultural

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um milhão, trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e dois (1.327.802) é o número de pessoas identificadas como quilombolas pelo Censo 2022. Pela primeira vez na história do Brasil, essa população foi incluída na pesquisa que acontece há 150 anos e apresenta o retrato demográfico, geográfico e socioeconômico do país.

As regiões com maior número de pessoas quilombolas em territórios oficialmente delimitados são Nordeste, com 89.350 mil e Norte com 52.012 mil. Em seguida a região Sudeste com, 14.796 mil, Centro-Oeste com 7.208 mil e Sul, com 3.836 mil.

As regiões com maior número de pessoas quilombolas fora de territórios quilombolas oficialmente delimitados seguem o mesmo padrão dos territórios oficialmente delimitados. Nordeste: 816.065 mil; Norte: 114.057 mil; Sudeste: 167.509 mil; Centro-oeste: 37.749 mil e Sul: 25.220 mil.

A soma dos quantitativos de pessoas quilombolas fora de territórios quilombolas na Bahia e no Maranhão (616.336) é superior à soma das pessoas quilombolas nessa mesma situação em todas as demais unidades federativas (544.264).

A preservação da história de uma localidade representa fator relevante para manter em evidência acontecimentos que fizeram parte de sua formação nas mais diferentes épocas. De acordo com Cavalcanti (2018, p. 279), “[...] os trabalhos que versam acerca da chamada História Local - no ensino ou na pesquisa (ou em ambos) - fazem uso recorrente da memória” e, nessa perspectiva, demonstram que a história local e a memória se encontram interconectadas, sobretudo quando se constitui como fonte documental e/ou objeto de pesquisa.

Sobre a questão referente à memória Pollak (1992, p. 2) faz referência a exemplos que

retratam bem sua importância ao frisar que: “[...] a memória é constituída por pessoas, personagens [...] encontradas no decorrer da vida [...] além dos acontecimentos e das personagens, podemos [...] arrolar os lugares [...]”, e complementa: “[...] esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundada em fatos concretos” (*Ibid.*, p. 2-3).

Outro ponto salutar que oferece margem interpretativa para o reconhecimento de que esses registros de fato são significantes para conservação da história local, pode ser observado nos dizeres de Souza (2014, p.104), ao salientar que “a memória [...] traz para o momento presente as experiências passadas [...] tornando o passado uma presença acessível.” Ademais, o autor ainda destaca que “A necessidade de conservar o passado e produzir um patrimônio memorial revela a incapacidade do homem de viver isolado no tempo presente, de forjar-se como sujeito alheio ao seu passado” (*Ibid.*).

Nessa linha interpretativa, impera ainda o reconhecimento de que a preservação do patrimônio cultural é uma atividade que vai bem além da necessidade de referência para construção de identidades de um povo. Em sua trajetória formativa, ganhou dimensões que, na visão de Santos (2012, p. 82) permeiam duas concepções:

Primeiramente, a noção de que no contexto nacional existem culturas diversas e plurais, ou seja, a ideia de que a nação brasileira comporta infinidade de culturas e a noção de que a cultura congrega bens materiais e imateriais [...]. No processo de construção social da memória edificam-se identidades e patrimônios culturais diversos.

Sabe-se que o Brasil é um país formado por uma diversidade imensurável e, no contexto patrimonial, esse reconhecimento não é diferente. A preservação deste patrimônio deve ser feita de maneira a garantir que as histórias registradas levem os leitores a reconhecer toda dimensão dos fatos ocorridos, oferecendo margens compreensivas dos seus significados no passado e suas relevâncias para o presente e o futuro. Nesse sentido, Tomaz (2010, p. 3) afirma:

O estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço. Esse patrimônio compreende três grandes categorias: a primeira engloba os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; a segunda refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer; e a terceira trata mais objetivamente do patrimônio histórico, que reúne em si toda a sorte das coisas, artefatos e construções resultantes da relação entre o homem e o meio ambiente.

Deste modo, é pertinente o entendimento de que o conceito de patrimônio cultural revela a importância de preservação também das manifestações culturais presentes na sociedade, incluindo as manifestações de comunidades quilombolas como elementos significativos para a sociedade como um todo, mas, principalmente, para os povos dessas

comunidades, contribuindo assim para que desenvolvam o sentimento de pertencimento, tendo seus costumes, crenças, religiosidades e ancestralidades, respeitados pelo imensurável valor que possuem para todos nós.

No Brasil, as comunidades quilombolas estão presentes em todo o território brasileiro, e nelas se encontra uma rica cultura, baseada na ancestralidade negra, indígena e branca. A origem em comum dos remanescentes de quilombos é a ancestralidade africana de negros que fugiam da crueldade da escravidão e refugiaram-se nas matas.

Existem comunidades quilombolas que resistem à urbanização e tentam manter seu modo de vida simples e em contato com a natureza, transmitindo seus conhecimentos religiosos, culturais e morais de forma empírica aos mais jovens e aos que se agregam a elas. Muitas vezes, essas comunidades vivem em condições precárias devido à difícil integração à vida urbana. Portanto, é necessário respeitar e adotar ações de preservação dessas comunidades para que seu patrimônio cultural não se perca ao longo do tempo e com a urbanização.

É difícil apontar uma tradição ou organização quilombola única, visto que os quilombos se organizaram das mais diversas maneiras. Apesar da diversidade de origens culturais, traços gerais da cultura africana estão presentes nos quilombos, além das religiões afro-brasileiras, que misturam o tradicional culto aos orixás com o catolicismo, e a culinária, com vários elementos indígenas.

Respeitar os elementos que constituem a memória de um povo, de uma comunidade, se faz extremamente importante, visto que ela estará intimamente relacionada ao processo de construção da identidade individual ou coletiva. Assim, é possível identificar os acontecimentos passados e reconhecer as informações relevantes para preservá-los. A memória social do quilombo é transmitida principalmente pela comunicação oral, influenciando diretamente a organização de sua comunidade.

Nesta perspectiva, “a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana” (Le Goff, 2013, p. 387). Assim, segundo Burke (2011), inserir as tradições orais, a esfera de ação do historiador, as imagens, as ações e o espaço e guardar a memória e os acontecimentos públicos de uma comunidade.

As memórias oferecem referências importantes de valores ancestrais, situado nas relações que une presente e passado numa educação pela oralidade. Elas fornecem subsídios que unem teoria e prática, racional e sensível, imagem e ritual, numa proposta de conhecimento afro-brasileiro, segundo Santana (2014, p.62):

A construção do conhecimento afro-brasileiro não é tarefa fácil, pois passa pelo movimento no qual as palavras são enunciadas em um determinado momento histórico. Afro-brasileiro, palavra que agrega o sentido de mestiçagem, de identidade referida na língua, na literatura, nas artes, nos mitos e nos ritos, e em tantos saberes que, aqui, entendemos pelo viés das relações étnicas apresentada pelos grupos que vivem na sociedade brasileira.

Isto posto, podemos dizer que a história das comunidades quilombolas têm sido escrita por meio de memórias, testemunhos e vestígios, sobretudo relatado por idosos memorialistas. “Todo conhecimento da humanidade, qualquer que seja, no tempo, seu ponto de aplicação, irá beber sempre nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância” (Bloch, 2001, p. 70). Dessa forma, podemos afirmar que o “saber empírico” são os elementos deixados pelo passado para serem descritos pela história.

Paul Ricoeur (2007) enfatiza a importância do testemunho, ideias construídas pelos indivíduos sobre o passado, numa relação direta com a época, com os símbolos e com as representações do tempo histórico em que eles estão inseridos. “A partir memória há uma significação do passado, o qual é retratado através da narrativa do tempo histórico vivido” (*Ibid.*; p. 174). Portanto:

A revolução promovida pelas palavras oral que deixa de ser ‘letra morta’ e passa a ter sentido no questionamento da documentação capaz de explicar a sociedade do presente. Porque dialoga com a velha concepção de que personagens históricos eram apenas as grandes figuras e aqueles que deixam marcas arquivadas em espaços oficiais e oficializados (Meihy, 2015, p. 10).

A comunicação é efetuada pelo movimento, não apenas acontece pela oralidade, pode acontecer pelas representações, as quais podem comunicar uma diversidade de caminhos em constantes movimentos, princípio dinâmico e complexo que participa de toda existência natural e cultural. Na sua sabedoria, o quilombola vai buscar reverenciar o movimento para continuar falando, pois como afirma Santana (2014, p. 69): “é através do movimento que existe a comunicação entre todas as coisas e todos os seres, por isso, tudo pode estar próximo e ou afastado, pode enunciar fronteiras, pois é o movimento que possibilita o acesso a códigos de exclusão ou inclusão de discriminação ou aproximação”.

Diante do exposto, o Censo 2022 revelou um marco histórico ao incluir, pela primeira vez, a população quilombola em sua pesquisa demográfica, geográfica e socioeconômica. As regiões Nordeste e Norte despontam com o maior número de pessoas quilombolas, tanto em territórios delimitados quanto fora deles. Essa inclusão representa não apenas um reconhecimento da presença e importância dessas comunidades, mas também ressalta a necessidade de preservar suas histórias e culturas.

Nesse sentido, a memória torna-se um instrumento fundamental, permitindo a

reconstrução e preservação das narrativas quilombolas, que conectam o passado ao presente e ao futuro. A valorização dessas memórias contribui não apenas para a identidade das comunidades, mas também para o enriquecimento da história nacional e para o fortalecimento da diversidade cultural brasileira. Assim, torna-se imprescindível adotar práticas de preservação e valorização do patrimônio cultural quilombola, garantindo que suas tradições e saberes sejam transmitidos e respeitados ao longo do tempo.

3 REVELAÇÕES E REFLEXÕES: EXPLORANDO OS SIGNIFICADOS DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até aqui nós apresentamos a metodologia, o nosso lugar no campo de pesquisa e os objetivos. Também fizemos um passeio teórico sobre as discussões das questões quilombolas, mostrando que a Constituição de 1988 é um marco que ressignifica o entendimento sobre comunidades quilombolas, provocando uma amplitude e polissemia maior no entendimento do que caracteriza uma comunidade quilombola. Essas comunidades apresentam uma diversidade de características, não necessitando apenas ser uma comunidade rural com papel na luta antiescravista. Comunidades negras urbanas também podem ser compreendidas como comunidades quilombolas, desde que produzam ou um entendimento afirmativo sobre essa questão identitária, ou características históricas e sociais que remetam a ideia polissêmica de quilombo.

A reflexão sobre os processos identitários é um debate constante na academia, com raízes profundas na filosofia, psicologia, sociologia e outros campos relacionados. Uma abordagem fundamental para desvendar as complexidades da noção de identidade está na análise da história pessoal e da infância, onde a construção da identidade é moldada por experiências, contextos culturais e sociais, além de influências individuais.

Neste trabalho sobre as memórias dos moradores mais antigos, exploraremos as contribuições de autores, examinando como a história pessoal e a infância dialogam com a identidade formulada por essas pessoas. Além disso, investigamos as influências familiares, culturais e sociais que dialogam com a identidade, assim como a continuidade e transformação da identidade ao longo da vida.

Os idosos, ante a constituição de sua trajetória marcada por vivências ao longo das jornadas trilhadas, representam a figura mais importante de uma comunidade por trazerem consigo experiências e sabedorias adquiridas no decorrer dos anos e décadas vividos. Nesse sentido, cabe discorrer sobre a categoria identidade, presente em pesquisas de caráter étnico-racial, vista caracteristicamente como sociológica e voltada a construção política pautada pelo reconhecimento da sua responsabilidade em estabelecer as diferenças e fronteiras que, nesse contexto, se encontram em constantes processos de mudanças.

Dessa forma, se faz necessário o resgate dessas memórias que estão diretamente relacionadas aos mais velhos, guardiões da sabedoria, depositários do conhecimento, que se transmite oralmente, na cultura de matriz africana, visto que são eles que possuem todas esse conhecimento. Nesse sentido:

Nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimento de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África (Ba,1982, p. 181 Ki-Zerbo, 2010, p. 167-168).

Entendendo dessa forma, valorizar as memórias vivas dos quilombos relacionadas aos moradores mais antigos dessa comunidade, pelos quais perpassam todos os saberes significativos para a cultura daqueles que respeitam e valorizam suas etnicidades na formação de suas identidades. “A cultura não é como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, em busca do significado” (Geertz, 1989, p. 4). E, dessa forma, é respeitada como sistema simbólico acumulativo da mente humana, como diz Hall (2006). Nessas memórias, pode-se encontrar uma história social e etnocultural bem desenvolvida pelas suas referências advindas do coletivo diverso, vivenciado de modo individual e ideológico ao longo da vida desses idosos, como acredita Bosi (2004).

É pertinente então enfatizar que a dinâmica social dos povos quilombolas constitui a construção de sua identidade, conforme enfatiza Ramos (2015), que também destaca a relevância da construção coletiva como elemento formador da identidade. De acordo com o autor, esta deve partir do reconhecimento (ou não) com grupos destinados à afirmativa ou negativa de pertencimento com o estabelecimento de fronteiras com pessoas que se reconhecem, se relacionam e vivem em um espaço comum:

A noção de identidade quilombola à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação (Souza, 2008, p. 78).

Depreende-se do recorte acima, que o pertencimento é característica marcante para as comunidades quilombolas, e que essa ideia de pertencer a um lugar é regada pelo reconhecimento entre si que esses povos descobrem, identificando características e costumes comuns que vão margeando suas trajetórias e, assim, dando espaço para que as novas gerações cresçam e se desenvolvam tendo como base os conhecimentos, sentimentos de luta e de resistência trazidos pelos seus ancestrais.

Cabe esclarecer que essas fronteiras, de acordo com Marques (2013), são maneiras e costumes próprios identificados por hábitos alimentares e de cuidados com a saúde; crenças e expressões religiosas, culturais, que retratam diferenças e particularidades ante a outros grupos sociais. Desse modo, a autora ainda destaca que, “a compreensão das construções identitárias se faz por meio do reconhecimento das práticas culturais que garantam as formas de reprodução

da vida cotidiana” (*Ibid*, p. 23).

Nessa vertente, há o reconhecimento de que os indivíduos constroem suas próprias representações; contudo, tendo a ciência de que estas também dependem do reconhecimento de outros daquilo que compreendem como associado à sua identidade, implicando assim numa questão comum, que tem ligação com as identidades sociais e culturais de grupos, que é a diferença.

De acordo com Furtado, Sucupira e Alves (2013, p. 108):

A dimensão social da identidade pode ser compreendida como um posicionamento coletivo, em que estão compreendidas as dimensões pessoais de cada sujeito no grupo. O posicionamento coletivo, refere-se, então, à noção de nós mesmos, de acordo com o contexto social, histórico e cultural, contendo as afirmações e negações como o somos e o que não somos de forma dinâmica ao longo do tempo.

Nesse contexto, compreende-se que a identidade é reconhecida em elementos e ocorrências do passado, paralelamente a elementos tradicionais que tendem a ser alterados no decorrer do tempo entre as gerações, posto que se trata, a identidade, de um elemento que vai politicamente se constituindo.

Referindo-se à memória, Ramos (2015) esclarece se tratar de uma expressão de fatos históricos que fortalece e mantém a identidade social, influenciando diretamente nos meios de resistência. Logo, as relações de lembranças que constituem a comunidade quilombola é marcada por lembranças que vem de uma coletividade e relaciona com os espaços de dimensões afetivas culturais, políticas e sociais.

Para as comunidades quilombolas, a memória coletiva representa a afirmação de suas identidades por meio de práticas diversificadas que perduram no tempo, desde seus antepassados, seguindo por diferentes gerações que vão resistindo e mantendo vivas suas crenças, costumes e culturas. São memórias vivas de lutas no período da escravidão dos antepassados, heranças de resistências e de violações sofridas também mais recentemente e; de outro lado, heranças de força e luta por seus direitos, sem, contudo, esquecerem suas raízes.

Diante dessas narrativas, é pertinente destacar as palavras de Pollak (1992, p. 204) ao ressaltar que “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade [...]”, seja esta individual ou coletiva. Isso ocorre devido ao fato de ser a memória também um ponto crucial que reflete o sentimento de continuidade.

Assim, há o entendimento de que a memória dos moradores mais antigos dessa comunidade seja fundamental para que haja a ressignificação da história dos quilombos no país, auxiliando inclusive a externar ocorrências que dignifiquem as lutas e riquezas culturais desses povos, valorizando, por consequência suas memórias que serão contribuintes para que seus

afrodescendentes tenham conhecimento de sua cultura tão negada à sociedade pela historiografia brasileira.

Polak (1992) ainda esclarece que a memória, quando herdada, é um fenômeno que traduz mais do que o sentimento de pertencimento; ela oferece espaço para registro de ocorrências que se encontram ligadas ao sentimento de identidade, que é construído e apresentado aos demais como forma de contribuir para que a história de resistência desses povos sirva de base para que suas memórias permaneçam por gerações.

Essa é uma realidade pertinente para os quilombolas, que retratam e marcam suas histórias pela resistência e lutas travadas em prol de reconhecimento e respeito às suas histórias. Desse modo, a importância de valorização das memórias dos quilombolas é, de fato, relevante para que se construa um memorial de versões sobre suas histórias, contribuindo também de forma direta com o sentimento de pertença e de identidade. Nesse sentido:

Existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, 'não-ditos'. As fronteiras desses silêncios e 'não-dito' com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpetuo deslocamento (Pollak, 1992, p. 18).

A memória coletiva seria justamente a fronteira que demarcaria o pertencimento de um grupo, acarretando o processo social de exclusão ou incorporação a partir das histórias de vida individuais. Existe uma relação estreita entre memória e sentimento de pertença. Há a possibilidade de que “por meio da socialização da história ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada” (Pollak, 1992, p. 60).

Os moradores mais antigos dos quilombos, ainda que não sejam heróis, mantêm uma sabedoria sobre suas tradições culturais, suas memórias de matriz africana e de sua história oral, advinda das memórias subterrâneas não notadas. Das quais se possa fazer relações do homem africano e a verdade nas palavras.

De acordo com Furtado, Sucupira e Alves (2013, p. 108):

A dimensão social da identidade pode ser compreendida como um posicionamento coletivo, em que estão compreendidas as dimensões pessoais de cada sujeito no grupo. O posicionamento coletivo, refere-se, então, à noção de nós mesmos, de acordo com o contexto social, histórico e cultural, contendo as afirmações e negações como o somos e o que não somos de forma dinâmica ao longo do tempo.

Nesse contexto, compreende-se que a identidade é reconhecida em elementos e ocorrências do passado paralelamente a elementos tradicionais que tendem a ser alterados no decorrer do tempo entre as gerações, posto que se trata, a identidade, de um elemento que vai politicamente se constituindo no momento presente, remetendo-se a práticas contemporâneas e

do passado.

3.1 Histórias entrecruzadas na comunidade do Bonfim: um panorama sobre a história de vida dessas importantes pessoas

A etapa inicial desta pesquisa de campo envolveu a exploração detalhada do bairro onde o estudo foi conduzido, visando compreender as narrativas de vida de alguns dos residentes do Bairro Pau Ferro. Essas pessoas, caracterizadas por sua simplicidade e alegria, revelaram-se detentoras de ricas histórias, marcadas por traços de resistência e notável resiliência ao longo de suas vidas. O objetivo foi resgatar as memórias que moldaram suas trajetórias e contribuíram para a construção da identidade do bairro. Iremos descrever quatro dos participantes da pesquisa, três mulheres e um homem. Apresentaremos brevemente esses sujeitos aqui, antes que eles contem suas histórias com suas próprias palavras.

Maria Domingas- Uma mulher negra de 76 anos, nascida e criada no Pau Ferro, também conhecida como Dominga, viúva e com doze filhos. Ela compartilhou detalhes de sua vida, destacando a origem do "beco do café" em sua casa, que se tornou um ponto de encontro na comunidade.



Figura 10 (Dona Dominga em seu “Beco do Café”)

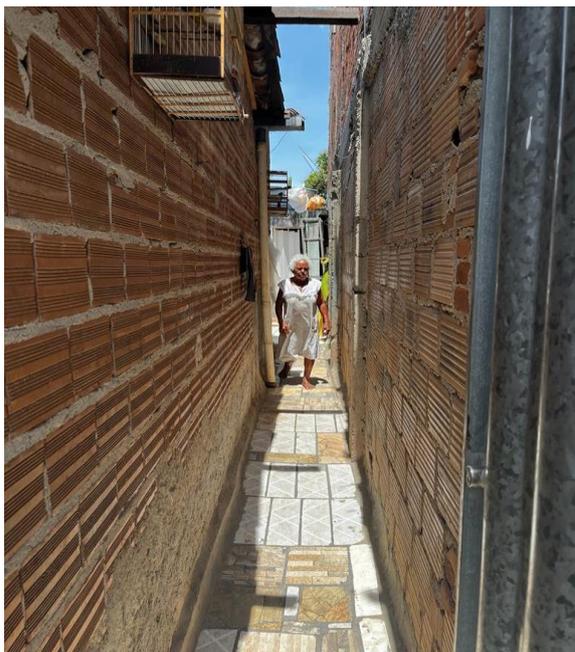


Figura 11 (“Beco do Café)



Figura 12 (“Beco do Café)

A história dela remonta à sua infância, marcada por desafios financeiros e restrições impostas pela mãe. No entanto, ao crescer, casar e construir sua própria casa, ela iniciou o hábito de partilhar carne, que o marido ganhava e trazia do Matadouro local, e depois passou a oferecer café para aqueles que quisessem “achegar” em sua casa, entrando pelo “beco”. Esse gesto solidário se tornou uma tradição, com moradores passando pelo beco para beber café.

Em relação à sua identidade racial, descreve-se como "morena" e expressa felicidade em sua cor. Ela destaca que, apesar das adversidades, nunca enfrentou problemas significativos em sua comunidade, enfatizando a importância da confiança em Deus e sua abordagem acolhedora para com os outros.

Além de compartilhar sua participação na Legião de Maria³ e a importância da comunidade de Santo Bonfim em sua vida, ela se sente feliz por fazer parte de uma comunidade amiga, onde é respeitada e aceita por todos e sua capacidade de manter uma atitude positiva, construindo laços comunitários e promovendo a solidariedade em sua vizinhança.

Dhemes – É um pesquisador da comunidade com quem conversei. Com 51 anos, separado, tendo uma filha. Ele nasceu no Ribeirão da Mata, uma região rural em Pau Brasil e compartilha suas memórias de infância na roça, onde a comunidade valorizava profundamente

³ A Legião de Maria, segundo a Arquidiocese de Mariana-MG, é uma associação de católicos que, com aprovação da Igreja e sob o comando de Maria medianeira de todas as graças, se constitui em legião para servir na guerra, travada pela Igreja, contra o mal que existe no mundo. A Legião está, por isso, organizada à maneira de exército, mas com as armas que não são deste mundo. O que é a legião de Maria. Arquidiocese- Disponível em: <https://arqmariana.com.br/noticia/o-que-e-a-legiao-de-maria/> 12 de fevereiro de 2024 .

suas raízes, predominantemente compostas por descendentes dos pataxós, com influências de outros povos como os maxacalis. Seu avô, nativo da região, desempenhava um papel crucial ao trabalhar com gado na área de Camamuzinho, um quilombo significativo.

Mais tarde, a família se mudou para Camacan, e Dhemes, aos 14 anos, ingressou em uma nova comunidade. Nesse cenário, ele destaca a importância dos mais velhos na estrutura social, desde questões de saúde até a organização de eventos comunitários. Morador da Comunidade Pau Ferro há trinta e sete anos, sua narrativa explora seu crescente envolvimento com a igreja do Bomfim, desde o batismo até papéis mais ativos, revelando a complexa interação entre suas raízes indígenas e africanas e a prática católica.

Ao longo de sua trajetória, Dhemes ressalta a relevância da transmissão de conhecimento e cultura pelos mais velhos, destacando os saberes das culturas africanas desde sua infância. Ele compartilha uma experiência na escola, enfatizando a importância de preservar os saberes indígenas, mesmo quando confrontado com concepções errôneas. A história de Dhemes se revela como uma tapeçaria rica de diversidade cultural, tradições familiares e desafios de integração de diferentes influências em sua jornada de vida.

Clara- Uma senhora de 82 anos, nascida em Jaguaquara, viúva e tendo dezesseis filhos e alguns netos. Descrevendo-se como uma tonalidade intermediária de pele, clara compartilha suas experiências desde a infância até os dias atuais. Sua infância foi marcada pelo trabalho na roça, já que sua mãe ficou viúva cedo, impedindo-a de frequentar a escola. Após mudar-se para Pau Ferro e residir em Itajuru por alguns anos, Clara fixou-se no bairro há aproximadamente 60 anos.

Ao relembrar a chegada ao Pau Ferro, Clara descreve um ambiente simples e colaborativo, onde a comunidade se ajudava mutuamente. Ela compartilha sua trajetória matrimonial, destacando que, apesar do sacramento, o relacionamento não foi satisfatório. Após períodos de idas e vindas, Clara retornou ao bairro e permaneceu constante ao longo dos anos. Ela menciona a construção do salão na igreja, recordando nomes e eventos que marcaram sua longa história na comunidade.

Com mais de seis décadas de vivência no Pau Ferro, Clara reflete sobre as mudanças e desafios ao longo do tempo, revelando sua resiliência e firmeza ao permanecer na comunidade, mesmo após a separação do marido. Sua narrativa oferece um vislumbre não apenas de sua vida pessoal, mas também da evolução do bairro e das relações comunitárias ao longo das décadas.

Lucilene- conhecida como Lene, tem 56 anos e é uma moradora dedicada de seu bairro ao longo de toda a sua vida. Nascida e criada no bairro, mulher viúva tendo três filhos ao compartilhar suas memórias de infância no Pau-Ferro, ela descreve um ambiente desafiador

com falta de saneamento básico, energia e água. No entanto, Lene destaca o espírito solidário da comunidade, que se unia para superar as dificuldades, ajudando uns aos outros.



Figura 13 (Lene, Coordenadora atual da Comunidade Senhor do Bomfim)

No relato sobre a origem do bairro, Lene menciona a Fazenda Pau-Ferro e sua ligação com a árvore homônima. Ela compartilha histórias ouvidas ao longo do tempo sobre os esforços da comunidade para enfrentar obstáculos e melhorar as condições locais. Seu testemunho destaca não apenas as transformações significativas na região, mas também a resiliência e determinação dos moradores para moldar positivamente o ambiente ao longo dos anos.

Além disso, Lene expõe seu profundo vínculo religioso, sendo católica desde a infância. Sua participação ativa na Comunidade Senhor do Bonfim, onde atua há 7 anos como coordenadora, evidencia a importância das atividades religiosas, desde visitas domiciliares até celebrações como novenas. Sua história ilustra como a comunidade desempenha um papel essencial na vida de seus habitantes, oferecendo apoio mútuo e fortalecendo os laços comunitários ao longo das décadas.

O presente estudo contou com a participação dessas senhoras e de Dhemes, os quais agradeço mais uma vez a confiança por partilhar suas histórias.

Quadro 1 – Informações dos participantes

| Participante | Sexo | Idade | Reside no bairro | Origem | Função |
|---------------------|-------------|--------------|-------------------------|---------------|---------------|
| Clara | Feminino | 82 | 60 anos | Jaguaquara | Aposentada |

| | | | | | |
|----------|-----------|----|---------|------------------|----------------------------|
| Lucilene | Feminino | 56 | 56 anos | Pau Ferro | Coordenadora da comunidade |
| Domingas | Feminino | 76 | 76 anos | Pau Ferro | Aposentada |
| Dhemes | Masculino | 51 | 37 anos | Ribeirão da Mata | Pesquisador |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações fornecidas pelos participantes no ano de 2023.

3.2 Heranças e vivências na infância quilombola: teias de histórias e resiliência

A categoria história pessoal e infância foi meticulosamente concebida para compilar e organizar os dados essenciais referentes às experiências pessoais e à infância dos moradores do Pau Ferro. Por meio desta categoria, buscamos explorar as narrativas individuais que remontam às origens e trajetórias de vida dos moradores, desvendando aspectos fundamentais de suas histórias pessoais e suas vivências na infância. O intuito é proporcionar um panorama abrangente, elucidando não apenas os fatos pontuais, mas também os sentimentos, percepções e aprendizados que permeiam esses momentos significativos na vida de cada pessoa.

Essa segmentação dos dados em história pessoal e infância visa não somente mapear os eventos passados, mas também evidenciar as peculiaridades e a diversidade das vivências individuais dos habitantes do Pau Ferro. Além disso, ao propiciar um entendimento mais profundo das experiências pessoais e das lembranças da infância, pretendemos enriquecer as análises, a compreensão e a valorização das trajetórias de vida presentes nessa comunidade. A diversidade e singularidade das histórias contribuem para a riqueza cultural e social da localidade, enriquecendo a tessitura social e individual que caracteriza o Pau Ferro.

Esse é o primeiro tema de quatro que teremos no decorrer do capítulo. O tema foi categorizado de acordo com as entrevistas dos moradores, submetidos à análise de conteúdo de Bardin (1977), como já anunciado na metodologia.

A infância representa um período de descobertas e aprendizados fundamentais, moldando os alicerces da identidade de cada indivíduo. Nas comunidades quilombolas, essa fase assume uma dimensão única, permeada pela riqueza cultural e pelas tradições ancestrais. Cada riso, brincadeira e desafio enfrentado por uma criança quilombola é impregnado da história coletiva de seu povo, destacando valores como resiliência, solidariedade e pertencimento. Dentro desse contexto, as crianças quilombolas são imersas em um ambiente onde suas raízes culturais servem como bases sólidas para a construção de uma identidade forte e profundamente enraizada na sua comunidade.

Esta narrativa busca explorar a infância dos moradores da comunidade, destacando não apenas as singularidades e desafios, mas também a beleza intrínseca de uma fase da vida que se desenrola em meio às tradições, à cultura e à força coletiva que caracterizam essas comunidades.

A pergunta está direcionada para compreender as experiências de vida e as memórias de infância dos moradores, proporcionando um espaço para relatos pessoais que revelam a conexão íntima com a localidade, ainda que a maioria não tenha nascido no Pau Ferro. Essas narrativas são fundamentais para compreender a riqueza cultural e social do bairro, destacando aspectos históricos e cotidianos que contribuem para a identidade coletiva da comunidade de Pau Ferro.

Os participantes foram questionados se nasceram no Pau Ferro e solicitados a contar sobre sua infância na comunidade de origem.

Dhemes revelou aspectos significativos de sua experiência cultural e histórica, oferecendo uma perspectiva rica para reflexão. A ênfase na valorização das raízes e no cotidiano na roça sugere uma conexão profunda com a identidade cultural e as práticas tradicionais.

Olha, a gente viveu um cotidiano muito bom lá no Pau Brasil, porque a gente valorizava muito as nossas raízes. Nosso cotidiano na roça me levava a isso, né? Todos lá são descendentes de pataxós e com algumas ligações de povos, especialmente lá naquela região, de muitos povos que vieram de Minas, inclusive os maxacalis, e eles trazem um pouquinho dessa herança árabe, forte, portuguesa, mas que, na minha família mesmo, que a gente foi relatar por conta de sermos nativos. A gente se encontra bastante com meu avô, quando vai buscar a sua noiva na região de Camamuzinho, que era um quilombo, era não, é um quilombo, até hoje existe, que dá origem à cidade de Camamu, ou seja, na Costa do Dendê, uma região que é a região do Ribeirão da Mata, lá no Pau Brasil, para o litoral. (Dhemes)

A menção ao avô, suas interações com o quilombo de Camamuzinho e a origem da cidade de Camamu revelam uma dimensão histórica mais ampla, evidenciando a persistência de comunidades quilombolas e o papel crucial que desempenham na continuidade da herança cultural, além de mostrar uma relação de continuidade e amalgama entre comunidades quilombolas e indígenas diversas.

Já Domingas relatou sua infância na década de setenta no bairro Rio Branco, antes da chegada ao Pau Ferro, compartilhando lembranças vivas de sua infância, revelando uma dualidade entre momentos de escapismo e a dura realidade econômica enfrentada por sua família. Ao confessar que "fugia do pai da minha mãe para ir dançar", ela destacou a busca por alegria e diversão, mesmo que isso implicasse em desafiar as proibições parentais. Sua participação em festividades como o carnaval, apenas em períodos específicos, indica a

importância cultural desses eventos em sua vida, contrastando com a resistência de sua mãe a essa prática.

“Minha infância foi boa. Fugia do pai da minha mãe para ir dançar. Fugia, mentia. Eu não vou esconder. Eu dançava quando era tempo de carnaval, em careta. Ela não queria que eu fosse. Eu estava mocinha nova. Trabalhava muito com meus irmãos. Os caras não iam para vender. Eu pequena. (Domingas).

Além das escapadas para a diversão, Domingas descreveu sua contribuição ativa para a subsistência familiar na infância, compartilhando as responsabilidades de trabalho com seus irmãos. O contexto econômico desafiador é evidenciado pela menção aos "caras" que não contribuíam para a venda, ressaltando a necessidade de colaboração desde tenra idade. A criação de porcos e a busca de lavagem ilustram o ambiente rústico e desafiador em que cresceu.

Meus pais criavam porco. Iam para a rua buscar lavagem. Eu e os outros irmãos. Eu tive uma vida difícil. Difícil mesmo. Mas eu não me arrependo nada. Hoje eu brigar assim, reclamar que meus pais não souberam me criar. Meus pais criaram muitos. Me soubem criar. (Domingas)

No entanto, a narrativa de Domingas é permeada por uma apreciação genuína por sua família, especialmente pelos pais, a quem ela credita por tê-la criado de maneira adequada. Essa gratidão ressalta uma conexão profunda com suas raízes e sugere uma aceitação das dificuldades enfrentadas na infância. Domingas emerge como uma narradora autêntica, capaz de abordar tanto os desafios quanto as alegrias de sua juventude com uma perspectiva equilibrada.

Por outro lado, a fala de Clara sobre sua infância na década de sessenta do século passado revela um olhar nostálgico, caracterizando-a como um período "muito elevado". A utilização da palavra "elevada" pode sugerir que Clara percebe sua infância como um tempo especial ou enriquecedor, embora outros elementos da narrativa indiquem desafios e dificuldades.

Minha infância foi muito elevada, né? Minha infância eu não estudei, eu ajudava minha mãe. Minha mãe ficou viúva nova. Eu fiquei ajudando-a a trabalhar na roça. E com isso foi levando tempo e eu não estudei. (Clara)

O relato de que Clara não frequentou a escola na infância é acompanhado da explicação de que ela ajudava sua mãe, que ficou viúva jovem. Essa situação ressalta as responsabilidades precoces assumidas por Clara na contribuição para o sustento da família. A escolha entre o trabalho na roça e a educação formal destaca as circunstâncias socioeconômicas que muitas vezes forçam as crianças a priorizarem o apoio familiar em detrimento da educação formal.

A expressão "minha mãe ficou viúva nova" sugere que a mãe de Clara assumiu a responsabilidade da família após a morte do pai, e Clara se tornou uma colaboradora essencial nas tarefas agrícolas. O relato reflete uma realidade em que as famílias, especialmente aquelas

em contextos mais desafiadores, dependem da cooperação e contribuição de todos os membros, independentemente da idade.

Ao mencionar que "foi levando tempo e eu não estudei", Clara não expressa arrependimento, mas sim uma aceitação resignada das circunstâncias. Isso pode indicar uma compreensão profunda das escolhas e sacrifícios feitos durante sua infância. A fala de Clara fornece uma perspectiva valiosa sobre as complexidades da vida e das prioridades familiares em meio a desafios econômicos.

Nossa outra interlocutora, Lucilene, descreve uma infância na década de sessenta marcada por condições adversas, evidenciando os desafios enfrentados pela comunidade em que ela cresceu. A falta de infraestrutura básica, como saneamento, energia e água, destacam as precárias condições de vida no bairro. O relato sobre a necessidade de buscar água em um chafariz distante e lavar roupa no rio ilustra a escassez de recursos e as tarefas árduas realizadas diariamente pela família.

Era uma infância, assim, a gente não tinha... O bairro era muito cheio de esgoto. A gente sempre ajudava a minha mãe. Não tinha energia, não tinha água. A gente pegava água num chafariz na outra rua, que é a Avenida Senhor do Bonfim. Tinha um chafariz, a gente pegava água lá. Para lavar roupa, a gente ia para o rio. Às vezes, ia para o rio buscar lenha também no rio. Tem uma vez que eu vinha com um feixinho de lenha, o rio, na volta, já estava cheio. Aí, o pessoal lá ajudou a minha mãe para a gente atravessar. Tinha um bocado de gente. Não ia só a minha mãe, uma turma de mulher. Aqui, o bairro era muito cheio de esgoto. Não tinha saneamento básico. Tinha um pessoal que morava aqui no bairro, que matava gado. Tinha muito urubu, muitas coisas. Era muita sujeira. A gente brincava e passava para a escola. Tinha que passar por cima desse esgoto. Botava pedra, botava madeira para a gente poder passar. Estudei aqui num colégio, Dom Climério, que hoje fala que é o Odeere... (Lucilene)

O cenário de esgoto a céu aberto e a presença de animais como urubus reforçam as condições insalubres do ambiente. A descrição da infância de Lucilene revela a ausência de saneamento básico, o que pode ter impactado diretamente na saúde e qualidade de vida da comunidade.

A referência ao esforço coletivo para atravessar o rio, com a ajuda de outras pessoas da comunidade, destaca a solidariedade e a colaboração necessárias para superar os obstáculos. A menção ao colégio onde estudou, apesar das dificuldades, ressalta a importância da educação como um caminho para melhorar as condições de vida.

Tinha um vizinho que trabalhava na roça e trazia andu. A gente ia dormir meia-noite na porta, desbulhando andu, ajudando os vizinhos. Era muito animado, brincava, de picula. Mas também era muito sofrido a vida da gente. Mas, graças a Deus, a gente foi vencendo, foi melhorando o bairro. (Lucilene)

A descrição das brincadeiras noturnas e das atividades comunitárias, como a preparação do andu, oferece um contraste entre os momentos de lazer e as dificuldades enfrentadas. A

superação e melhoria do bairro ao longo do tempo são atribuídas à resiliência e à determinação da comunidade, destacando a capacidade de vencer obstáculos e progredir mesmo em condições desfavoráveis. Há uma ênfase geral na colaboração que se tem ou que se espera de todos os membros familiares na manutenção mais cotidiana mais básica.

Essa diversidade de locais de nascimento dos moradores evidencia uma comunidade composta por pessoas provenientes de diferentes origens geográficas, realçando a heterogeneidade cultural presente nessa localidade.

Em síntese, ao ouvirmos as narrativas de Dhemes, Domingas, Clara e Lucilene, somos conduzidos por um rico panorama de experiências que delineiam não apenas suas trajetórias individuais, mas também a tessitura de uma comunidade que enfrentou e superou adversidades ao longo do tempo.

Dhemes relatou uma infância caracterizada por um cotidiano enriquecedor, em que a valorização das raízes culturais locais desempenhava um papel central. A figura do avô, além de proporcionar uma perspectiva prática à sua infância, revela a profunda interconexão entre sua experiência pessoal e a história cultural da comunidade em que cresceu. As reflexões pessoais de Domingas evidenciam uma infância desafiadora, porém, repleta de aprendizados e gratidão pela criação recebida. Clara, ao compartilhar suas memórias, destaca o trabalho árduo na roça e a simplicidade que permeava sua infância, revelando uma vida moldada por esforço e dedicação. Lucilene, por sua vez, ressalta as dificuldades enfrentadas em um bairro carente de infraestrutura, enfatizando a resiliência e união da comunidade para superar as adversidades.

Esses relatos, entrelaçados, apresentam um mosaico de vivências que transcende as histórias individuais, revelando a força coletiva e a capacidade de transformação que caracterizam essas comunidades, o sentido de colaboração e trabalho que deve haver nas famílias, inclusive dos membros mais jovens. Ao final, emerge a compreensão de que, por meio das narrativas pessoais, podemos apreender não apenas o passado, mas também as bases sólidas que moldaram o presente e forneceram alicerce para o futuro dessas comunidades.

3.3 Percepções de moradores sobre a história da comunidade Pau Ferro – Jequié

A história de uma comunidade é um relato fascinante que se desenrola ao longo do tempo, marcado por eventos, desafios e conquistas que moldam a identidade coletiva de seus membros. Cada comunidade carrega consigo um conjunto único de tradições, valores e narrativas que refletem a sua jornada desde a sua fundação até os dias atuais. Ao mergulharmos na história do bairro Pau Ferro, somos levados a um passado rico em experiências

compartilhadas, momentos de solidariedade e, por vezes, períodos de transformação e adaptação.

As comunidades sempre desempenharam um papel crucial na organização social, proporcionando suporte emocional, econômico e cultural aos seus membros. A história de uma comunidade se entrelaça com as mudanças sociais, políticas e tecnológicas que ocorrem ao longo do tempo, oferecendo uma visão única das complexidades e dinâmicas que influenciam a vida coletiva.

Nesta seção, exploraremos as origens e a evolução de Pau Ferro, em Jequié, Bahia, a partir dos relatos de nossos quatro interlocutores, destacando os momentos significativos que moldaram sua trajetória. Ao compreendermos a história dessa comunidade, teremos uma compreensão mais profunda das raízes que a sustentam e das forças que a impulsionam rumo ao futuro. Afinal, é nas páginas do passado que encontramos as sementes que germinam nas histórias do presente, influenciando o curso do amanhã.

Este constitui o segundo tópico dos quatro a serem explorados nesta dissertação, sendo a escolha desse tema embasada nas entrevistas realizadas com os residentes da comunidade. A abordagem teve por base indagações acerca de suas lembranças do Pau-Ferro em tempos passados e das narrativas transmitidas sobre o bairro.

As respostas colhidas durante esse processo de pesquisa orientaram a seleção e delineamento do presente tópico, proporcionando uma visão mais abrangente sobre a percepção e a memória coletiva da comunidade em relação ao seu próprio passado e à tradição oral transmitida ao longo do tempo. O indivíduo recorda o passado sob a influência exercida pelas instituições sociais como a família, a religião, a comunidade e a organização política, dentre outros. O trabalho de reconstrução da memória se dará sempre a partir de noções comuns.

Comunidades quilombolas se formaram através de processos que vão além da simples fuga e resistência dos escravizados, abrangendo uma gama variada de situações. De acordo com Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), a formação dos quilombos envolveu não apenas fugas para ocupação de terras livres e isoladas, mas também heranças, doações e o recebimento de terras como pagamento por serviços prestados ao Estado. Além disso, essas comunidades surgiram da permanência de escravizados ou ex-escravizados nas terras que cultivavam dentro das grandes propriedades, assim como da compra de terras, tanto durante o período escravocrata quanto após a sua abolição. Dessa forma, a consciência de pertencimento dessas comunidades está enraizada no passado, onde suas histórias de vida contribuem para a formação e reafirmação de sua identidade quilombola.

Queiroz (1988) define história de vida como o relato de um narrador sobre sua existência ao longo do tempo, buscando reconstruir os conhecimentos vivenciados e transmitir a experiência adquirida. Concordo com essa definição ao me envolver no contato e na coleta de depoimentos entre os moradores da comunidade do Senhor do Bomfim. Suas narrativas são ricas em eventos e personagens reais, além de conterem elementos do imaginário e as representações da comunidade sobre seu próprio passado. Estamos diante de suas histórias de vida, onde são os próprios depoentes que definem quais eventos e pessoas devem fazer parte de sua história, seja de suas experiências reais ou do que foi construído imaginativamente. Nesse sentido, compartilho das ideias de Bosi (1987), que reconhece que as lembranças evocadas e transmitidas por um indivíduo estão intrinsecamente ligadas à sua trajetória de vida, permitindo-lhe testemunhar as transformações ao seu redor e, ao mesmo tempo, oferecer uma análise das mudanças por ele percebidas

É nesse sentido que a análise da fala de Dhemes proporciona uma compreensão profunda das transformações históricas e sociais que delinearão a evolução do bairro Pau Ferro. Seu relato minucioso sobre a topografia local, com destaque para casas salteadas, ruas amplas e a presença significativa da igreja do Bomfim, desenha vividamente a geografia do bairro. As referências a figuras locais, como Dona Cota, Dona Calu, Seo Evangelista e Seo Tertuliano, inserem uma dimensão humana na narrativa, enquanto a introdução de elementos ambientais, como chafarizes, a estrada em desenvolvimento e a vegetação circundante, aprofunda a contextualização histórica e geográfica, proporcionando uma visão holística da comunidade.

A gente tem quase 12 metros de uma rua a outra, que era a igreja do Bomfim. Que era a igreja do Bomfim. E onde a rua era alta, as casas ficavam embaixo. Interessante, era uma ladeirinha para gente chegar na rua onde passava as tropas; aquele carro tinha naquela época direito. E é interessante que a gente encontra, quando a gente chega, a gente encontra mais velhos como Dona Calu, que naquela época que eu cheguei já era bem idosa. Dona Cota, Seo Tertuliano, Seu Seo Evangelista, que já era uma chácara após a igreja do Bomfim. A igreja do Bomfim já existia, que o padre já estava atuando. E outro chafariz aqui em cima no alto, com esse próximo lá de casa. Aqui no alto, é aqui estava implementando uma estrada, já cavando a estrada, a estrada a ferro de Nazaré à Conquista também. Essa região aqui era um corte, acho que o trem ia passar, e ficava com esses paredões que cortavam a terra e muitos pés de gravateiro, muitos gravateiros, cansação de aspésia, aquela folha que irrita a pele, mas é uma árvore, e muita jurema nessa área que era o antigo colégio(...). Então a gente encontra, encontramos quando eu cheguei aqui, esses mais velhos e com filhos e com um monte de moleques, onde a gente começou a se introduzir, só que a base de tudo que eu lembrei daqui eram os mais velhos. Por exemplo, nessa rua aqui, que tinha o corte, tinha a dona Maria da Paz, com um terreiro de candomblé que era chamado Ogundilê, tinha dona Cota que rezava, seu Zacarias, dona Nésia, que era a mulher que vendia vassoura na comunidade, e João Porquim, que é o Seo João, o porquê João Porquim eu não sei, eu conheci ele como pescador, mas era João Porquim que era pescador, que vendia peixe nos pratos. (Dhemes)

A memória desempenha um papel fundamental na expressão e na recriação do rearranjo do mundo e da vida coletiva por meio das experiências pessoais e individuais. No entanto, é por meio dela que uma comunidade, ou um conjunto de indivíduos se estabelece como grupo; é nela que as lembranças são revisadas, reinterpretadas e, assim, constroem uma narrativa compartilhada.



Figura 14 (Sítio de seu Evangelista ou Vanjo, como era conhecido, atualmente essa área corresponde ao início da Rua Teixeira de Freitas ao início da Avenida Senhor do Bonfim).

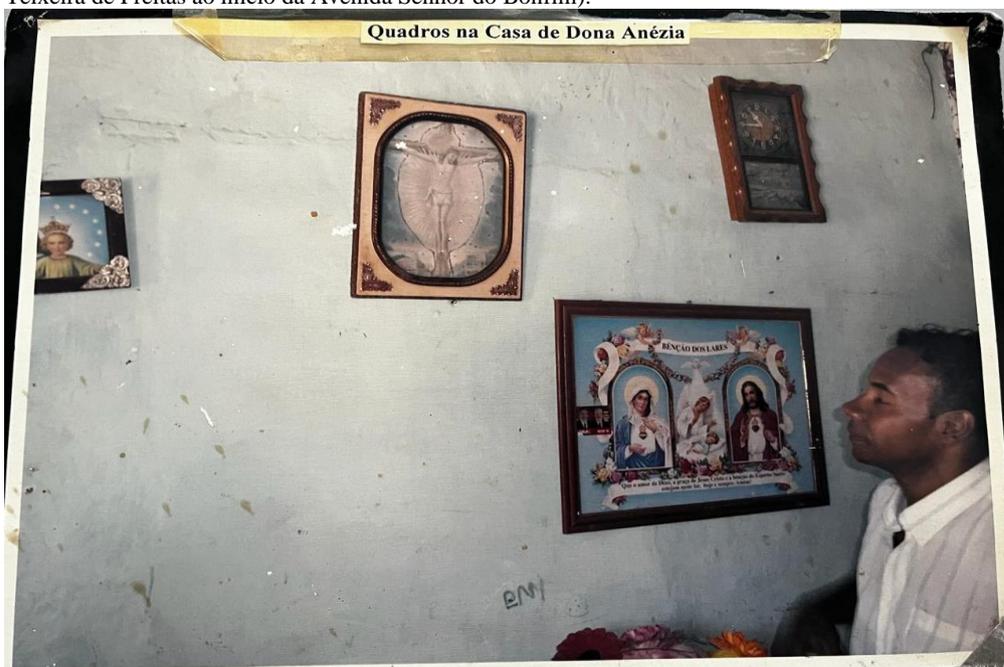


Figura 15 (Quadros da Casa de Dona Anézia, foto cedida a nós por Dhemmes da época de sua pesquisa)

A fala de Dhemmes é uma mistura envolvente de descrição vívida e reflexões pessoais, oferecendo uma visão detalhada e subjetiva da comunidade em que vive. Sua habilidade em

criar imagens sensoriais é evidente ao descrever a topografia da área, desde as casas salteadas até a rua ampla, a vegetação, proporcionando uma representação visual da localidade. Ao mencionar a igreja do Bomfim, o corte da estrada e elementos naturais como pés de gravateiro e jurema, enriquece a narrativa, conferindo vida ao ambiente e tornando a experiência do leitor mais envolvente. A citação dessas importantes pessoas da comunidade inclusive pode oferecer pistas importantes para pesquisas futuras, além de ilustrarem com pessoas reais a história da comunidade.

O indivíduo recorda o passado sob a influência exercida pelas instituições sociais como a família, a religião, a comunidade e a organização política, dentre outros. O trabalho de reconstrução da memória se dará sempre a partir de noções comuns, sendo que:⁴

[...] não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (Halbwachs, 1990, p. 34).

A descrição vívida é complementada por reflexões pessoais que transparecem sua conexão emocional com a comunidade. O uso de expressões como "interessante" e "é interessante que a gente encontra" revela uma perspectiva subjetiva, indicando não apenas uma narrativa factual, mas uma interpretação individual dos eventos e mudanças ao longo do tempo. Essas reflexões acrescentam uma camada de autenticidade à narrativa, destacando o significado pessoal que a comunidade tem.

Além disso, a fala não se limita apenas a uma descrição estática do ambiente. Ele aborda a evolução da comunidade, destacando a implementação de estradas, a construção de um colégio e a presença de capoeiristas. Esses elementos dinâmicos demonstram a capacidade da comunidade de se adaptar e evoluir ao longo do tempo.

Já tinha um colégio e uma área aqui do lado que era só de capoeirista. Eu me lembro que ia jogar capoeira aqui, que era nossa diversão toda tarde e domingo. Então a gente encontra, encontramos quando eu cheguei aqui, esses mais velhos e com filhos e com um monte de moleques onde a gente começou a se introduzir, só que a base de tudo que eu lembrei daqui eram os mais velhos(...) (Dhemes)

⁴ Dona Calou é uma das moradoras mais velhas da comunidade de Pau Ferro. Dona Cota era uma figura amigável e dona de um mercadinho. Tertuliano tinha alguma ligação com mulas e tropas, e Seu Evangelista tinha um sítio de onde as pessoas desciam para pegar cana e banana. Dana Maria da Paz era uma senhora que realizava muitas festas de candomblé em sua casa e tinha uma conexão especial com a comunidade local. Seu Zacarias era conhecido como um dos melhores rezadores da região, sendo uma referência para as pessoas que buscavam suas habilidades para rezar. João Porquim, além de ser um pescador, também tinha alguma ligação com a criação de porcos. Essas pessoas parecem ter desempenhado papéis importantes na preservação dos conhecimentos e crenças ancestrais da região.

Para Halbwachs (1990), a memória expressa e reproduz o reordenamento do mundo e da vida coletiva através de vivências pessoais e individuais. Entretanto, é através dela que uma comunidade, ou um aglomerado de pessoas, se constitui enquanto grupo; que as lembranças são reelaboradas, ressignificadas, forjando uma história comum.



Figura 16 (Arvore do Pau Ferro – Plantada na área Sede do Odeere)

A valorização atribuída aos mais velhos na fala a seguir por Dhemes, destaca a importância da transmissão intergeracional de conhecimento na preservação da identidade comunitária. A ênfase em como esses membros mais antigos equilibravam a comunidade sublinha a relevância das tradições e sabedorias passadas. A presença de eventos culturais, como a capoeira, e espaços de socialização, como o antigo colégio, adiciona camadas à experiência comunitária, ilustrando a complexidade da vida cotidiana no bairro Pau Ferro.

Então esses mais velhos é que a gente conhecia, a relação na comunidade, que a gente quando a gente sai de lá que eu me identifiquei bastante é que ainda existia aquele saber dos mais velhos para tudo, especialmente para a saúde, dor de barriga procurava os mais velhos, bebia água demais, jogava bola, ia caçar demais, os mais velhos para rezar contra o vento que passa, os mais velhos quando tinha a festa do Bomfim, que tinha o caruru do Bomfim, a gente estava à frente dos mais velhos onde pegava o esquibo na casa dos mais velhos, o Evangelista que tinha o sítio mais próximo da igreja. Então a base do conhecimento estrutural dessa comunidade se passava pelos mais velhos.
(Dhemes)

A cultura desempenha um papel fundamental na formação da identidade coletiva e na compreensão das dinâmicas sociais. No contexto das comunidades negras, a cultura é

frequentemente associada a uma história de resistência e enraizada em práticas afro-religiosas. No entanto, ao examinar mais de perto um determinado quilombo, observa-se que, apesar da presença marcante do catolicismo como religião predominante, há uma complexidade na interação entre as tradições quilombolas e os cultos afro-religiosos. Essa dinâmica reflete não apenas a adaptação dos negros ao contexto religioso dominante, mas também a preservação e a continuidade de elementos culturais ancestrais dentro da estrutura religiosa católica. Essa intersecção entre religião e cultura demonstra a complexidade das identidades e memórias nas comunidades negras, evidenciando uma rica tapeçaria de tradições e práticas que resistiram às imposições históricas e contribuíram para a construção de uma identidade cultural resiliente.

Na experiência pessoal de Dhemes na igreja do Pau Ferro, vemos um retrato profundo das mudanças no bairro. Sua conexão com a espiritualidade e a herança cultural destacam as dimensões emocionais e simbólicas do desenvolvimento local. A habilidade de Dhemes em entrelaçar descrições vivas e reflexões pessoais cria uma narrativa autêntica, acrescentando profundidade e significado à história da comunidade.

Halbwachs (1990) enfatiza como o testemunho de outras pessoas pode enriquecer e validar nossas próprias memórias, sugere que quando várias pessoas compartilham uma mesma lembrança ou experiência, nossa confiança na precisão dessa evocação é reforçada. Isso nos leva a entender que a memória não é apenas individual, mas também é influenciada e sustentada pela memória coletiva de um grupo de pessoas que compartilham uma mesma experiência. O outro, através de seu depoimento, apoia, complementa, torna mais exato o trabalho da memória. Nas palavras de Halbwachs (1990):

se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (p.25).

Já as lembranças de Clara oferecem uma perspectiva única sobre as transformações ocorridas no bairro Pau Ferro ao longo do tempo. A caracterização inicial do local como "fraquinho" e pouco desenvolvido destaca as condições modestas que predominavam na comunidade durante sua juventude. A expressão "um ajudamos os outros" evidencia uma dinâmica de solidariedade e interdependência entre os moradores, refletindo uma abordagem coletiva para superar as adversidades.

Era muito fraquinho. Fraquinho mesmo, fraco. Pessoal tudo fraquinho. Eu também fraquinha para poder ver inteira a mercadoria. Quer dizer que foi que no caso não estava... Não era lugar assim desenvolvido, não. Era tudo devagar. Tudo fraquinho. Um ajudamos os outros. Porque um comia de apartir para outro. E era assim, aquela coisa. (Clara)

Conforme salientado por Bosi (1994, p. 55), é crucial destacar que os relatos dos idosos são fontes que passaram por um processo de ressignificação em relação ao presente. Em outras palavras, eles refletem sobre o passado a partir das condições e perspectivas do momento atual.

[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

A trajetória de Clara, caracterizada por idas e vindas, destaca não apenas as mudanças físicas no ambiente, mas também as transformações emocionais e sociais que moldaram sua vida. Sua narrativa se torna um testemunho das dinâmicas intrínsecas à comunidade, onde as relações pessoais e as condições socioeconômicas se entrelaçam para definir as experiências individuais.

Esses elementos de pertença orientados para o passado, mantidos vivos através da memória coletiva, determinam uma origem comum, cujos critérios podem ser lendários e míticos, e fundamentam a identidade étnica do grupo (O'dwyer, 2002). Para analisar esses fenômenos no tempo e no espaço, considero a memória como um fenômeno social crucial e um instrumento essencial para reconstituir o modo de vida das comunidades negras.

Além de compartilhar uma vívida lembrança de um período passado no qual o bairro Pau Ferro se diferenciava substancialmente de sua configuração atual, ao aludir a uma fazenda que existia anteriormente, ela proporciona um vislumbre da transformação da paisagem, evidenciando uma transição da ruralidade para a comunidade contemporânea. O fato de não reter recordações específicas desse tempo sublinha a distância temporal, realçando a evolução gradual ao longo das gerações.

Hoje em dia, podemos dizer. O bairro está rico. Há visto que era. Porque era todas as casinhas tudo ruim. Tudo assim. Beira no chão. Tudo devagar mesmo. E as pessoas tudo fraquinhas. Um andava ajudando os outros. Para poder conviver. E as casas. Não tinha casa boa, nada não. Era casa tudo simples. Tudo baixinha. Casa de tábuas. Depois deu para fazer de adobão. Depois deu para... As casas tudo assim. Fazia suas festas dentro da sua casa mesmo. Dentro da sua casa mesmo fazia a sua festa. Aquela alegria. Fazia fogueira. Muitas casas não tinham luz. (Clara)

No relato sobre a lavagem de roupas do outro lado do local conhecido por Carimbé, emergem práticas cotidianas singelas que caracterizavam a vida na comunidade. A menção a

um buraco, comparado a uma piscina ou lagoa, destaca a criatividade dos moradores ao utilizar os recursos naturais disponíveis. Essas narrativas fornecem uma perspectiva única sobre as condições de vida anteriores, enfatizando a simplicidade e a habilidade de adaptação à natureza como elementos essenciais da experiência histórica dos habitantes do bairro Pau Ferro.

Era. Embaixo era uma fazenda. Antigamente. Agora no tempo dessa fazenda eu não lembro. Nós íamos para lavar roupa. Nós lavávamos do outro lado de Carimbé. Do outro lado. Tinha um... Como é que chama? Era um buraco assim. Bem aberto. Uma piscina. Lagoa? Era. Feito uma lagoa. Mas não era uma lagoa. (Clara)

Ao reconhecer a existência de uma fazenda no passado e descrever práticas corriqueiras, Clara proporciona uma visão autêntica da vida no bairro, destacando não apenas as mudanças físicas na paisagem, mas também a resiliência e a engenhosidade dos moradores ao longo do tempo.

Lucilene relembra a história do bairro Pau Ferro, relacionando sua origem à fazenda homônima que se destacava pela presença da árvore pau-ferro. Essa conexão direta sugere uma ligação profunda entre a denominação do bairro e essa propriedade rural. O relato ressalta a importância da fazenda como um espaço de cooperação e apoio conjunto na comunidade.

Eu ouvi uma história que era uma fazenda. E a fazenda chamava Pau-ferro, que tinha essa madeira também, uma árvore, que era pau-ferro. Aí acabou surgindo, através dessa fazenda, botou o nome daqui do bairro, pau-ferro. Assim, eu vi a história, o povo falando. E tem uma fazenda também alta, que esse pessoal ajudava um monte de gente. Tomasa, que ficava aqui, ficava para aquele lado aqui, com a Mãe Branca de Paraíba. É aí a gente foi... A gente estante, e muitas pessoas aqui idosas contavam. A gente ajudava um monte de gente. Muito sofrida a vida da gente, como eu falei na história, no caso, como surgiu o bairro do Pau Ferro, de ser assim, que era uma fazenda antigamente aqui. Assim, não me lembro, não sei, não foi na minha época, mas do bairro que eu lembro era assim, que tinham as casas muito simples aqui, e aqui mudou muito o bairro. Tu ias para aqui e lavavam roupa no... Lavava roupa no rio, a gente ia para o rio, lavava roupa no rio, que não tinha água nas casas, a gente ia para beber, a gente pegava água num chafariz, num chafariz para beber. Ia pescar no rio. Exatamente, tudo isso. (Lucilene)

A inclusão de figuras locais, como Tomasa e Mãe Branca de Paraíba, acrescenta referências importantes à narrativa, indicando que essas personalidades exerciam papéis significativos na dinâmica comunitária. A menção à tradição oral, com pessoas idosas transmitindo a história do bairro, sugere a preservação do conhecimento por meio das gerações. Além disso, a fala destaca as transformações substanciais no bairro ao longo do tempo, passando de condições mais simples, como lavar roupa no rio e buscar água em chafarizes, para uma realidade mais contemporânea, com infraestrutura modernizada, ainda que precária.

Em síntese, as falas proporcionam uma compreensão aprofundada da evolução do bairro Pau Ferro, realçando a importância da comunidade, suas figuras proeminentes, a ajuda mútua,

alguns lugares de atividades coletivas como o chafariz, a fazenda, o rio e as mudanças ao longo do tempo.

As diversas narrativas apresentadas pelos moradores do bairro Pau Ferro fornecem uma rica compreensão das transformações ao longo do tempo, evidenciando as nuances e particularidades de suas experiências. Cada relato oferece uma perspectiva única, destacando diferenças marcantes que moldaram a trajetória do bairro.

Dhemes, ao descrever sua chegada à comunidade, ressalta a presença de figuras mais velhas que desempenhavam um papel central na comunidade. A interação entre os mais novos e os mais velhos é destacada como crucial, especialmente em contextos como festas religiosas e momentos de celebração.

Domingas compartilhou uma infância marcada pelo trabalho árduo, evidenciando a dinâmica de uma família numerosa que enfrentou desafios financeiros. A necessidade de ajudar uns aos outros é uma constante, sublinhando a importância da solidariedade em meio às dificuldades.

Clara, por sua vez, revelou aspectos de sua vida adulta, incluindo um casamento que, embora sacramentado, não foi totalmente positivo devido a desafios pessoais. Sua mudança entre o bairro e a casa de sua mãe reflete uma busca por apoio e segurança diante das adversidades.

Lucilene destacou as condições precárias do bairro em sua infância, desde a ausência de saneamento básico até a busca de água em chafarizes e a lavagem de roupas no rio. O contraste entre as dificuldades enfrentadas e as atividades animadas, como a preparação de andu à noite, sublinhando a resiliência da comunidade.

Cada relato, portanto, contribui para uma visão abrangente do bairro Pau Ferro, revelando camadas complexas de sua história, da infância à vida adulta, e documentando as mudanças significativas que moldaram a comunidade ao longo das décadas.

Em síntese, as narrativas coletadas oferecem uma compreensão profunda e holística da história do bairro Pau Ferro. Ao destacar as interações entre gerações, os desafios enfrentados pela comunidade e as mudanças na paisagem física e social, esses relatos revelam não apenas a trajetória do bairro, mas também as experiências individuais que o constituem. Esse mosaico de memórias oferece uma visão rica e complexa da vida comunitária, ressaltando a importância da solidariedade, da resiliência e da adaptação como pilares fundamentais na construção da identidade do bairro ao longo do tempo.

3.4 Entre raízes e mudanças: tramas identitárias em comunidades Quilombolas

A etnicidade é conceituada como um conjunto complexo de relações sociais que se manifestam através das redes de saberes de um grupo e dentro dele, proporcionando autoidentificação e reconhecimento por outros. Essa identificação é estabelecida com base em características culturais, psicológicas ou físicas distintivas, ou uma combinação delas, que atuam como marcadores simbólicos de relações étnicas. Esses marcadores, por sua vez, representam sinais publicamente reconhecidos que estabelecem uma diferenciação entre grupos étnicos distintos (Poutignat; Streiff-Fernat, 1998, p. 152). Em resumo, a etnicidade pode servir como uma base essencial para a perpetuação dessas redes de saberes ao longo de várias gerações, bem como para a construção de um sentimento de pertencimento e identidade comunitária.

A identidade quilombola é um testemunho vivo da resiliência e da herança cultural transmitida ao longo de gerações por comunidades que descendem de antigos quilombos ou que manifestam essa resistência no presente. Os quilombos já foram refúgios de resistência durante o período sombrio da escravidão, onde os ancestrais buscaram liberdade e autonomia. A manutenção e/ou atualização dessas comunidades ao longo do tempo, suas tradições, práticas espirituais e laços com o território revelam uma identidade única que se desenvolveu no seio dessas experiências históricas.

A identidade quilombola é forjada pela interação complexa entre crenças, experiências e valores compartilhados, como destacado por Cavalcanti (2003). Essa identidade emerge das vivências coletivas entre indivíduos que habitam e compartilham um território comum, estabelecendo laços significativos com suas famílias, amigos e vizinhança.

Ao explorarmos a identidade quilombola, deparamo-nos não apenas com uma narrativa do passado, mas também com uma reflexão sobre o presente e as dinâmicas contemporâneas. Essas comunidades enfrentam desafios multifacetados, incluindo questões de reconhecimento legal, preservação ambiental, acesso a serviços básicos e combate ao racismo estrutural. A análise de categorias específicas dentro desse contexto proporciona uma visão mais detalhada das complexidades que moldam a identidade quilombola nos dias de hoje.

Diante desse cenário, a compreensão das particularidades de cada categoria dentro das comunidades quilombolas torna-se essencial para uma análise mais abrangente. Isso não apenas enriquece a compreensão acadêmica, mas também contribui para políticas públicas e ações afirmativas que respeitem e fortaleçam a identidade quilombola, garantindo o legado dessas comunidades para as futuras gerações.

Dhemes, ao abordar a identidade quilombola e dos povos mongoiós e pataxós na região, proporciona uma análise enriquecedora sobre a ocupação e as práticas culturais dessas comunidades. Ele destaca a visão de habitação a partir do Rio Jequiezinho e Rio de Contas, apontando para a demarcação geográfica que influenciou as tradições e a vida cotidiana desses povos.

Sim, não só quilombola, como desses povos mongoiós e pataxós que eram dessa região. Aqui, a gente faz uma análise que os povos mongoiós, pataxós e o sapucaí, ele começa uma visão que a gente chegou. Eles começaram a habitar a partir do Rio Jequiezinho pra cá e de Rio de Contas pra lá, na caatinga. Porque o território do Rio Jequiezinho pra lá, já era a região de mata-cipó e pertenceu a Maracás. Entendeu então, existe toda uma lógica que a gente tem um olhar. A gente fala, "nossa, como é interessante." Eu já era observador das minhas assinações, há muito tempo estando pesquisador na academia, mas o cotidiano levava todos os nossos ancestrais mais velhos até se olhar, até mesmo pra sobreviver na coleta, na caça e na pesca. Ou seja, eu vou lhe falar aqui de Dana Anésia, 105 anos. Sempre sobreviveu em produzir vassoura de palha a partir da palha do licuri, muito conhecido como Urucuri.

E quando eu tenho um contato a partir da igreja do Bomfim, que Dona Anésia é aquela mais velha que estava lá na frente da Igreja do Bomfim todo domingo à tarde, ela chega e passa na rua vendendo vassoura de palha. E de repente me atento já na academia a essas lembranças. Eu vou direto a Dana Anésia ainda em vida e vou querer saber um pouco mais. Ela disse que criou filhos e netos na comunidade vendendo vassoura de palha. E saiu de uma região aqui chamada Vinhático, às margens do Rio de Contas, e veio morar na cidade. E aqui ela consegue criar filhos e netos indo para o outro lado do Rio de Contas através do rio para buscar palha de Urucuri para fazer vassoura de palha.

Aí eu pergunto, "E sempre teve vassoura de palha?" Sempre teve, sabe por que sempre teve? Porque não é qualquer dia que pode tirar as palhas do Urucuri. Não é qualquer dia que pode tirar os vales de coração de negro. Tem que ter tudo a hora certa, esse é o sagrado. Olha que legal, olha o conhecimento do africano e indígena nessa senhora disse quando eu vou pesquisar (Dhemes)

A fala de Dhemes também destaca a importância do conhecimento ancestral na sobrevivência dessas comunidades. Ao mencionar a experiência de Dona Anésia na produção de vassouras de palha a partir do licuri, evidencia-se a conexão intrínseca com a natureza e o respeito aos ciclos naturais. A prática de buscar palha do Urucuri, regida pela sabedoria do "sagrado" e pela observação cuidadosa do momento certo para a colheita, revela uma profunda compreensão ecológica e espiritual.

Conforme argumentado por Arruti (2008), os territórios quilombolas não apenas preservam tradições e narrativas coletivas, mas também são locais onde os residentes cultivam um forte senso de pertencimento, buscando constantemente melhorias para o desenvolvimento e a sustentabilidade dessas comunidades. Essas populações são guardiãs de um valioso patrimônio cultural, tanto tangível quanto intangível, que se manifesta em seus símbolos identitários e em seus modos de vida.

Dhemes, ao pontuar esses aspectos, não apenas fornece uma visão da história passada, mas também ressalta a continuidade dessas práticas na contemporaneidade. A análise desses

elementos contribuí para uma compreensão mais profunda da identidade quilombola, evidenciando a coexistência harmoniosa entre os conhecimentos tradicionais e a adaptação às dinâmicas modernas.

Na resposta de Domingas à pergunta sobre se ela já ouviu falar em quilombo, percebe-se uma mistura de conhecimento limitado e incerteza em relação ao termo. Ela inicialmente afirma ter ouvido falar, mas em seguida expressa uma falta de conhecimento mais aprofundado ou familiaridade com o conceito de quilombo. Sua resposta sugere uma possível lacuna em sua compreensão sobre o tema, refletindo uma perspectiva mais empírica do que teórica.

Agora, pra eu saber eu não sei, né? Mas já ouviu falar. Já ouviu falar, mas eu não conheço. Agora já não sei nem explicar agora. (Domingas.)

Domingas destacou sua limitação em explicar ou definir o que é um quilombo, indicando uma falta de clareza sobre o significado preciso do termo. Essa resposta revela não apenas uma ausência de conhecimento estruturado sobre o conceito, mas também uma disposição em reconhecer essa lacuna. É possível inferir que, mesmo que Domingas tenha ouvido falar do termo, sua familiaridade prática com o quilombismo pode ser limitada.

Na sociedade brasileira, a questão da identidade étnica tem se consolidado em organizações de grupos que reivindicam o reconhecimento de território que ocupam, como é o caso das populações quilombolas, movimento que ganhou força e significação depois da Constituição de 1988, com o Artigo 68. Para Munanga (2015, p. 14):

Essa identidade é sempre um processo e nunca acabado, não é construída no vazio, pois seus constitutivos são escolhidos entre os elementos comuns aos membros do grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social e etc. Esses elementos não precisam estar concomitantemente reunidos para deflagrar o processo, pois as culturas em diáspora têm de contar apenas com aqueles que resistiram, ou que elas conquistaram em seus novos territórios.

Essa análise destaca a importância de considerar o contexto social e educacional dos entrevistados ao abordar termos específicos, como "quilombo".

Clara inicia afirmando que não ouviu falar em quilombola, indicando uma possível falta de familiaridade com o termo. No entanto, ela adiciona uma camada de complexidade à sua resposta ao mencionar que ouviu contar que, antigamente, poderia ter sido assim há muitos anos.

Não, não. Eu acho que eu não sei não, mas eu ouvi contar que diz que antigamente era. Há muitos anos. (Clara.)

Assim, como expõe Barth (2000), as identidades étnicas não estão presas de forma estática, elas se manifestam por uma concepção dinâmica, pautada na interação de grupos sociais por meio de processos de exclusão e de inclusão.

Essa resposta sugere uma distância temporal entre o período em que Clara considera que poderia ter existido algo relacionado a quilombolas e o momento atual da entrevista. A expressão "ouvi contar" indica uma fonte de informação indireta, possivelmente baseada em relatos de outras pessoas na comunidade ou em histórias transmitidas ao longo do tempo.

A identidade quilombola, assim como todas as etnicidades, não surge espontaneamente; é uma construção que se desenvolve por meio de relações interativas. Isso envolve a conscientização de uma identidade formada pela experiência de um sentimento que se converte em ação, através da participação do indivíduo na coletividade, no grupo e na comunidade (Sansone, 2004).

A formação da identidade é um processo dialógico no qual os rótulos desempenham um papel significativo, influenciando a maneira como as pessoas percebem a si mesmas e aos outros.

A resposta de Lucilene à indagação sobre a categoria quilombola reflete uma abordagem ambivalente e uma compreensão parcial do termo. A entrevistada sinalizou algum nível de familiaridade com a expressão, contudo, sua resposta é permeada por incertezas e falta de clareza conceitual. Lucilene sugeriu que o termo poderia estar associado a um passado distante, indicando uma conexão tênue com a identidade quilombola.

Já, já. Eu acho, pode até ser que seja. Mas não tem, assim... Como se diz, assim... Das pessoas participarem e dizer que é. Mas dizer que já foi, eu creio que sim. As pessoas idosas, quando eu participava aqui, logo quando... Eu conheci, assim, muitas pessoas que já morreu. Elas falavam que participavam da luta, do sofrimento deles, que eles juntavam aquele grupo, até mesmo pra cantar, estar ali reunido, aquela força. E a maioria das pessoas, tudo aqui é negro. Aí eu creio que sim. Que há muitos anos atrás era. Agora não tem como eu dizer, assim... Falar assim, ah, tem fulano, fulano, fulano. Mas as histórias das pessoas antigas, que já faleceram, das conversas, dos papos... (Lucilene)

Ao compartilhar narrativas transmitidas por indivíduos mais velhos, Lucilene destaca uma possível ligação entre a comunidade e a noção de quilombo, embora essa ligação seja descrita de maneira vaga e ambígua. A resposta evidencia a complexidade da percepção local em relação ao conceito de quilombola, sublinhando a necessidade de uma análise mais aprofundada para esclarecer a compreensão e a relação dessa identidade com a vivência da comunidade.

Ser quilombola é um processo contínuo de (re)elaboração individual e coletiva, conforme aponta Santana (2008), e, de maneira análoga ao "ser negro", envolve um constante tornar-se, como salientado por Gomes (2002, p. 150). Nessa perspectiva, é crucial considerar a construção dessas identidades no plano simbólico, abrangendo valores, crenças, rituais, mitos e linguagem. Tanto a identidade negra quanto a identidade quilombola são permeadas por uma

dimensão política, na qual a ação e a experiência compartilhada desempenham um papel fundamental, complementando a dimensão simbólica que se refere à formação de semelhanças e diferenças.

Portanto, a resposta de Lucilene destaca nuances significativos no entendimento da categoria quilombola dentro da comunidade, ressaltando a importância de investigações adicionais para uma compreensão mais abrangente e contextualizada desse termo.

As narrativas de Dhemes, Clara, Lucilene e Domingas, provenientes da comunidade quilombola de Pau Ferro, Jequié-Bahia, proporcionam uma compreensão rica e multifacetada das identidades e vivências desses indivíduos. A abordagem das análises permite uma exploração aprofundada das nuances culturais, sociais e históricas que permeiam as comunidades quilombolas.

Dhemes, ao contextualizar o cotidiano e as raízes de sua comunidade, destaca a relevância do conhecimento ancestral na sobrevivência e na construção da identidade. Sua conexão com as práticas tradicionais, como a produção de vassouras de palha, demonstra a resiliência dessas tradições diante de desafios contemporâneos.

Clara, por sua vez, revela a complexidade de sua identidade racial e as transformações em sua vida, desde o cotidiano modesto até as dificuldades enfrentadas em seu casamento. Sua trajetória reflete a interseção entre identidade pessoal e experiências coletivas, evidenciando as dinâmicas sociais dentro da comunidade.

Lucilene, ao afirmar sua identidade negra e reconhecer as influências familiares, destaca a importância do pertencimento racial na construção de sua autoimagem. A referência às práticas religiosas e a valorização das histórias dos mais velhos evidenciam a intergeracionalidade como elemento central na preservação da identidade quilombola.

Domingas, ao abordar a dificuldade de definir-se racialmente, sinaliza a complexidade da identidade em contextos quilombolas. Suas memórias de infância, marcadas pela cooperação e simplicidade, acrescentam dimensões sociais e econômicas à construção identitária dessas comunidades.

Portanto, a análise coletiva dessas narrativas revela a diversidade e a riqueza das identidades quilombolas em Pau Ferro, fornecendo uma base para estudos mais aprofundados sobre as influências históricas, culturais e sociais que moldam a vivência dessas comunidades no Brasil contemporâneo. Essas análises destacam a importância de abordagens sensíveis e contextualizadas ao explorar as identidades quilombolas, reconhecendo a resiliência dessas comunidades diante das mudanças e desafios enfrentados ao longo do tempo.

3.5 Cores da alma: explorando a diversidade étnica e racial nas narrativas pessoais

A identidade racial é um intrincado e multifacetado aspectos da vida, moldado por uma interseção complexa de experiências, percepções e realidades sociais. Em meio a uma diversidade de origens étnicas, culturais e históricas, as pessoas encontram na identidade racial um componente essencial de sua individualidade. A construção dessa identidade é profundamente influenciada por fatores como histórias familiares, contextos culturais, experiências pessoais e as complexas teias de discriminação e preconceito que persistem em muitas sociedades.

A experiência da identidade racial muitas vezes se entrelaça com questões de feminilidade, poder e resistência. Enfrentam-se desafios específicos, desde estereótipos prejudiciais até barreiras sistêmicas que afetam as oportunidades e o acesso a recursos. Ao mesmo tempo, a identidade racial é um ponto de força e resiliência, sendo uma fonte de conexão com as comunidades, cultura e uma base para a promoção da diversidade e da igualdade

Explorar a identidade racial das mulheres e homens é fundamental para entender a complexidade das suas vidas e para promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Este diálogo não apenas reconhece as experiências únicas dos sujeitos de diferentes origens raciais, mas também destaca a necessidade contínua de desafiar estereótipos, combater o racismo estrutural e promover uma compreensão mais profunda e respeitosa das diversas identidades que compõem a rica tapeçaria da experiência humana.

Esta é a última seção do presente estudo. O tema foi categorizado de acordo com as entrevistas dos moradores da comunidade. Quando perguntados sobre a sua identidade e cor os entrevistados responderam:

Eu acho assim que eu sou morena. Porque eu olho para a minha cor eu não me sinto vergonha. Porque tem gente branca e eu estou no meio. Eu não sinto vergonha de nada em cima de mim. (Domingas).

A expressão de Domingas revela uma percepção positiva de sua identidade racial ao se autodefinir como "morena". A ênfase dada ao ato de olhar para sua própria cor e não sentir vergonha sugere um processo de autoaceitação e autoestima. Ao mencionar a presença de pessoas brancas e se posicionar "no meio", Domingas destacou a consciência da diversidade racial ao seu redor, o que pode influenciar sua autoimagem e a forma como ela se enxerga em relação aos outros.

A afirmação de não sentir vergonha "de nada em cima de mim" indica uma possível trajetória com estigmas associados à cor da pele, sugerindo uma postura de orgulho e aceitação

de sua identidade. Essa narrativa reflete a complexidade das experiências individuais em um contexto racial diversificado, ressaltando a importância do diálogo e da compreensão mútua para promover uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com as diferentes identidades raciais.

Conforme Munanga (1999), o mito da democracia racial, que se fundamenta na ideia de uma dupla mestiçagem (biológica e cultural) entre negros, brancos e indígenas, acarreta duas preocupantes repercussões: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades" e impede "os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas" (Munanga, 1999, p. 80).

Essa postura ilustra como o mito da democracia racial serve não só como uma máscara para a perpetuação das desigualdades sociais, mas também como um obstáculo para que os grupos marginalizados reconheçam e resistam aos sistemas de exclusão que enfrentam.

Munanga (1999) afirma que, no contexto brasileiro, é evidente uma arraigada expectativa de miscigenação e assimilação racial, visando a construção de uma nação cada vez mais alinhada com padrões brancos. Sob essa perspectiva, as culturas africana e indígena são pressionadas a se integrarem à concepção dominante de "verdadeira cultura brasileira", correndo o risco de serem marginalizadas ou diluídas ao ponto de parecerem universalmente compartilhadas por todos os brasileiros. Em outras palavras, a suposta valorização nacional dessas culturas e suas contribuições históricas muitas vezes resulta em sua invisibilização, à medida que são absorvidas sob um manto de homogeneidade cultural.

A fala de Clara sobre sua identidade racial fornece um *insight* relevante para a compreensão da complexidade e subjetividade das categorias raciais no contexto brasileiro. Clara se autodefine como "uma cor, nem escura nem clara", destacando a subjetividade que muitas vezes permeia a construção da identidade racial. A utilização de termos como "mais clara" e "parda" aponta para a sua tentativa de se encaixar ou descrever sua tonalidade de pele em termos tradicionalmente associados às categorias raciais estabelecidas.

Eu sou assim, uma cor, nem escura nem clara. Sou assim, mais clara.: Eu sou uma parte mais branca. Parda. (Clara)

No Brasil, o termo "pardo", historicamente, designa uma categoria racial intermediária entre o branco e o negro. Contudo, sua aplicação é fluida e frequentemente depende tanto da autopercepção quanto da percepção social. Ao se descrever como "uma parte mais branca", Clara ilustra como as noções de cor e raça podem ser percebidas como espectros contínuos e subjetivos, em vez de categorias rígidas e fixas.

O reconhecimento e a autoafirmação dos idosos, jovens e crianças são essenciais para a preservação das raízes culturais ao longo do tempo, pois são transmitidas e mantidas dentro de suas comunidades. Seguindo a perspectiva crítica de Hall (2009, p. 232), a identidade é moldada pela experiência humana em seu contexto cultural, refletindo a história vivida no cotidiano, os ideais e as representações construídas em meio a complexidades sociais.

Essa fala destaca a influência do contexto social e histórico na formação das identidades raciais, indicando que a compreensão da própria identidade de Clara é moldada por fatores culturais e sociais específicos. Portanto, a análise dessa fala oferece uma perspectiva valiosa para examinar a fluidez e subjetividade na construção das identidades raciais no Brasil.

A declaração de Lucilene oferece uma perspectiva essencial sobre sua identidade racial, destacando como ela se percebe e se identifica dentro da categoria racial negra. Ao afirmar que "eu como negra já é de família, já é descendente de negros, e eu me identifico como negra", Lucilene enfatiza a importância da ancestralidade e da herança familiar na formação de sua identidade racial.

Negra. Representa para mim, eu como negra já é de família, já é descendente de negros, e eu me identifico como negra. Meu pai é negro, minha mãe é negra. Pela minha cor, pela raça, minha raça, e família já. (Lucilene)

A menção de que seu pai e mãe são negros ressalta o papel fundamental da família na transmissão e reafirmação das identidades raciais. A relação entre a cor da pele, a raça e família é central para entender como as identidades raciais são moldadas e perpetuadas ao longo das gerações. Ademais, ao destacar "pela minha cor, pela raça, minha raça, e família já", Lucilene evidencia a interconexão entre diferentes aspectos de sua identidade. A cor da pele, a identidade racial e a herança familiar são elementos entrelaçados que contribuem para a sua autopercepção como negra.

Essa análise ressalta a complexidade da identidade racial, influenciada por fatores históricos, sociais e familiares, e destaca como as narrativas individuais podem iluminar experiências e perspectivas únicas relacionadas à raça.

As narrativas de Dhemes, Clara, Lucilene e Domingas proporcionam uma compreensão multifacetada das experiências e identidades desses moradores, destacando elementos significativos relacionados à história, cultura e autoidentificação. Dhemes, ao revisitar o passado do bairro Pau Ferro, sublinhou a valorização das raízes culturais, enfatizando a diversidade étnica que caracteriza a comunidade, composta por descendentes indígenas com influências árabes e portuguesas. A transmissão de conhecimento entre as gerações mais antigas ressalta a importância da ancestralidade na construção da identidade coletiva.

No tocante à identidade racial, as perspectivas de Clara e Lucilene revelam nuances distintas. Clara, ao descrever-se como "uma cor, nem escura nem clara", evidencia a complexidade de sua identidade parda e recusa-se a adotar rótulos definitivos. Em contrapartida, Lucilene fundamenta sua autoidentificação como negra com base na herança familiar e nas características físicas, reforçando a relevância do pertencimento racial em sua construção identitária.

Domingas, ao expressar satisfação com sua cor de pele e negar sentimentos de vergonha, adota uma postura de aceitação e autoestima, desafiando possíveis estigmas sociais. Sua narrativa destaca a beleza da diversidade e a importância de se orgulhar da própria identidade, contribuindo para a desconstrução de preconceitos.

Em resumo, as histórias desses moradores do Pau Ferro convergem para evidenciar a multiplicidade de experiências e vivências em uma comunidade em constante transformação.



A valorização das raízes culturais, a diversidade racial e a autoaceitação emergem como elementos cruciais na construção identitária desses indivíduos, enriquecendo as trajetórias pessoais e coletivas dentro do contexto do bairro.

Figura 17 (+Dinalva Ramos Santana 25.03.2024 *in memoriam*)

“Pra mim, ser negro é, eu sinto muito orgulho da negra, preta, parda ou branca, seja igual que for, é tudo filho de um pai só, né? A gente não pode ter, assim, nenhum preconceito, assim, nenhuma divisão, assim, de nada, não. E pra mim,

ser uma pessoa ser negra faz parte também da origem dos antepassados, né? Das pessoas que viviam mais como eu tinha um avô também, que era que ele já foi escravo. Então, a gente, eu mesmo acho, assim, uma coisa assim que é que significa muito, né? Porque a gente tem que ter o nosso orgulho de ser negro.”

(Dinalva)

Encerro esse capítulo, manifestando aqui minha singela homenagem à senhora Dinalva Ramos Santana, mulher negra de 69 anos de idade, natural de Poções-BA, viveu por 67 anos no bairro do Pau-ferro, a quem tive a oportunidade de conhecer durante os trabalhos de coleta de dados na comunidade. Ela, infelizmente, veio a óbito, mas nos deixou esse breve relato de sua consciência étnica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das narrativas dos moradores do bairro Pau Ferro proporcionou uma visão abrangente e detalhada das experiências individuais e coletivas vivenciadas por essa comunidade ao longo do tempo. Nesse sentido, foi possível não apenas compilar dados essenciais sobre as origens e trajetórias de vida dos entrevistados, mas também fomentar uma reflexão profunda sobre as categorias de etnicidade que emergem dessas histórias.

A infância, conforme retratada nas narrativas, emerge como um período crucial de descobertas e aprendizados fundamentais, especialmente nas comunidades quilombolas. Os relatos revelam a imersão das crianças em uma riqueza cultural e em tradições ancestrais que servem como alicerce para a construção de uma identidade sólida e profundamente enraizada na comunidade. Ao mesmo tempo, as histórias individuais apresentam desafios enfrentados e superados, destacando a resiliência, solidariedade e a importância da colaboração comunitária.

A diversidade de experiências compartilhadas por Dhemes, Domingas, Clara e Lucilene oferece uma perspectiva multifacetada das condições socioeconômicas, culturais e ambientais que influenciaram suas vidas e as da comunidade como um todo. Seus relatos evidenciam não apenas os desafios enfrentados, mas também a capacidade de adaptação e a força coletiva que caracterizam essas comunidades.

Ademais, as narrativas dos moradores proporcionam uma compreensão mais profunda das identidades étnicas e raciais presentes na comunidade do Pau Ferro. Essas histórias revelam uma complexidade na construção dessas identidades, refletindo a diversidade étnica e cultural do contexto local. A análise dessas narrativas ressalta a importância de reconhecer e valorizar a multiplicidade de experiências e vivências dentro da comunidade, além de promover um diálogo aberto e inclusivo sobre questões raciais.

Em suma, a ponderação das narrativas dos moradores do bairro Pau Ferro oferece insights valiosos sobre a história local, a identidade comunitária e as dinâmicas sociais e culturais presentes nessa região. Ao dar voz aos próprios moradores e promover uma reflexão profunda sobre suas experiências de vida, esse estudo contribui para uma compreensão mais holística e contextualizada da comunidade do Pau Ferro, bem como para o fortalecimento da valorização da diversidade étnica e cultural.

Ao longo das narrativas, foram explorados temas como resiliência, solidariedade, colaboração comunitária e a importância da valorização das raízes culturais. As histórias compartilhadas pelos moradores ofereceram uma visão multifacetada das condições socioeconômicas, culturais e ambientais que moldaram suas vidas e as da comunidade. Além

disso, emergiram reflexões profundas sobre a identidade étnica e racial, destacando a diversidade étnica e cultural presente no bairro.

A análise das narrativas contribuiu também para uma compreensão mais profunda da história local, da identidade comunitária e das dinâmicas sociais e culturais do Pau Ferro. Ao refletir sobre as experiências compartilhadas pelos moradores, foi possível responder ao problema de pesquisa proposto, fornecendo *insights* valiosos sobre as trajetórias de vida e a identidade da comunidade.

Além disso, é imprescindível reconhecer o papel central e influente das instituições religiosas no bairro. Elas desempenham uma função significativa na promoção da coesão social, na preservação das tradições culturais locais e no fortalecimento dos laços comunitários. Funcionando como verdadeiros centros de organização e união, as comunidades religiosas também são responsáveis por impulsionar uma série de eventos e programas sociais que beneficiam diretamente os moradores. Portanto, este estudo não apenas enriqueceu nossa compreensão da história e identidade locais, mas também evidenciou a importância vital da religião na vida cotidiana e na solidificação dos vínculos sociais nessa comunidade.

Parte superior do formulário

No que diz respeito à identidade quilombola, as narrativas revelaram elementos que podem ser caracterizados como tal. A transmissão intergeracional de conhecimento, a preservação de tradições ancestrais, a valorização das raízes culturais e a resiliência diante de desafios são aspectos que ecoam a identidade quilombola. Além disso, a interconexão entre experiências pessoais e eventos históricos mais amplos destaca a importância das comunidades quilombolas na continuidade da herança cultural e na construção de uma identidade coletiva forte e profundamente enraizada.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito. In: HÁBETTE, J. e CASTRO, Edna (orgs.) **Na trilha dos grandes projetos**. Belém: NAEA/UFGA, 1989.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento(org.). Obras reunidas de Florestan Fernandes. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. 5 edições, v.1. São Paulo, Ed: Globo, 2008, 440 p.ISBN 97885250456692.

_____. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Qui- lombos, identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARRUTI, José Maurício. “Quilombos; Raças novas perspectivas antropológicas” In: PINHO, Osmundo; SANSONE Lívio. (Org.) **Raça: novas perspectivas antropológicas**. - 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. PP.315350.

ARRUTI, José. Maurício. **A Produção do Desconhecido: Uma Etnografia da Terra Quilombola**. Editora Terceiro Nome, 2020.

BALDI, C. Territorialidade étnica e proteção jurídica: às comunidades quilombolas e a desapropriação. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (Orgs). **Revisitando o instituto da desapropriação**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

BARBOSA, L. **Artesanato Quilombola: Tradição, Identidade e Desenvolvimento Local**. Editora SENAC, 2017.

BARBOSA, J. M. **Memórias Quilombolas: A Luta Pelo Auto Reconhecimento Quilombola de Alto do Capim – Quixabeira/Ba, 2000-2012**. 2018. Disponível em:<<http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/862/1/TCC%20UNEB%20Jiom%20arques%202018.pdf>>. Acesso em 28 jul. 2022.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas** (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. 243 pp.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil, 27ª Ed**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

BRASIL, **Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 06 jun 2022.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 27ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

_____, **Decreto n° 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 28 jul 2022.

_____, **Decreto n° 6.261 de 20 de novembro de 2007**. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm>. Acesso em: 28 jul 2022.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAVALCANTI, E. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, n° 13, p. 272-292 – 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/329224514_Historia_e_historia_local_desafios_limites_e_possibilidades>. Acesso em: 28 jul. 2022.

DWYER, Eliane Catarino O. **Quilombos, Identidade étnica e territorialidade**. Organizadora – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

_____, **Fundação dos Palmares. Portaria n° 98 de 26 de novembro de 2007**. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/ANEXO-04-Portaria-FCPn%c2%b098-de-26-de-novembro-de-2007.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FONSECA, J. J. S., MORAES, A.M. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: UEC, 2002.

Ferreira, A. Práticas agrícolas tradicionais e sustentabilidade nas comunidades quilombolas. **Revista Sustentabilidade em Debate**, 2021.

FREITAS, D. **Palmares; a guerra dos escravos**. 5, ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

FREITAS, K.N. S; SANTOS, R.S.A. O Direito como instrumento de preservação cultural: uma análise sociojurídica do reconhecimento da comunidade quilombola de Vargem Comprida (BA) como terra remanescente de quilombo. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi.**, Guanambi, v. 8, n. 01, e319, jan./jun. 2021. Disponível em: <<http://revistas.faculdadeguanambi.edu.br/index.php/Revistadedireito/article/view/319>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

FURTADO, M. B; P., SUCUPIRA, R. L; ALVES, C. B.; Cultura, identidad y subjetividad quilombola: una lectura a partir de la psicología cultural. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2014, v. 26, n. 1, pp. 106-115.. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100012>>. Acesso em: 31 jul 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, M. H.V; BARBOZA, N.P.G. Os Direitos Fundamentais na atribuição da Construção da Identidade Quilombola. **ATHENAS**. Ano VII - Vol. I - 2018 - ISSN 2316-1833. Disponível em: <https://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl_athenas_ano7_vol1_2018_artigo05.pdf> . Acesso em 29 jul. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África**. I: Metodologia e pré-história da África. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345975/mod_forum/intro/hampate_ba_tradicao%20viva.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LEITE, M.E.T.B. O Conceito de Quilombo: História e Memória. **RCE**, v.3, 2018. Disponível em: <<https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/51/43>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LIMA, H.F.M; MACÊDO, D.J.S. A Comunidade Quilombola De Queimadas: A Luta pelo Reconhecimento e Valorização da Memória/História. **Revista PRÁXIS**.2020 Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6407>>. Acesso em 29 de jul. 2022.

LIMA, T. **Mulheres Quilombolas**: Resistência e Ativismo em Busca de Direitos. Editora Fiocruz, 2019

MACHADO, C. "Turismo Sustentável em Comunidades Quilombolas: Desafios e Oportunidades." Editora Atlas, 2022

MARQUES, S. M. dos S. Comunidades quilombolas e direitos sociais: modos de fazer, criar e viver. *In*: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. (Org.) **Memória dos povos do Paraná**. Curitiba: ITCG, 2013.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MELLO, P. A. S., & O'Dwyer, E. C. (2002). **Quilombos, Terras Negras: Identidade, Reparação, Desenvolvimento**. Editora Mauad.

MOURA, C. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 5ª ed. - Teresina: EdUESPI, 2021.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Remanescentes de Quilombos do Rio Erepecuru**: O lugar da Memória na Construção da Própria História e de sua Identidade Étnica. Brasil: um país de negros? Rio de Janeiro: Ed. Pallas; Salvador, BA: CEAO, 2ª Edição, 1999.

OLIVEIRA, R. (2015). Preservação Ambiental em Comunidades Quilombolas: Estudo de Caso. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, 2015

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212,1992.Disponível em:<<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

PORFÍRIO, Francisco. Quilombolas. In: **Brasil Escola** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm>>. Acesso em 29 jul. 2022.

RAMOS, J. D. D. **Quilombo Beco dos Colodianos**: identidade, diferença e territorialidades. Curitiba: Appris, 2015.

SANTANA, Marise. **Formação docente, linguagens visuais e legado africano no sudoeste baiano**- vitória da conquista: edições UESB, 2014.

_____. **Etnicidade e trânsito**. RJ: Editora, 2017.

SANTOS, S. R. **Comunidades Quilombolas**: As lutas por reconhecimento de direito na esfera pública brasileira. Porto Alegre. 2012. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/505/1/437321.pdf>>. Acesso em 29 jul. 2022.

SANTOS, A. S. Patrimônio e memória: da imposição de identidades à potencialização de atos coletivos. **EDUFBA**, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7663>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SANTOS, A. **Políticas Públicas e Comunidades Quilombolas**: Desafios e Perspectivas. Editora Expressão Popular, 2021.

SILVA, G.S; SILVA, V.J. Quilombos Brasileiros: Alguns Aspectos da Trajetória do Negro no Brasil. **Revista Mosaico**, v. 7, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2014. Disponível em:<<http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/4120/2352>>. Acesso em 29 jul. 2022.

SILVA, P. (2018). **Terras Quilombolas**: Direito, Diversidade Cultural e Sustentabilidade. Editora Juruá, 2018.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2130/1/2008_BarbaraOliveiraSouza.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SOUZA, M. J. A Memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, vol. 16, n° 1, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/20337>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SOUZA, M. **O que é quilombo?** Identidade e territorialidade em comunidades negras rurais no Brasil. Estudos Históricos, 2000.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista Fexis - história e estudos sociais**. Maio/junho/julho/ agosto, 2010. Vol. 7, ano VII, n. 2. Disponível em:

<https://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_M AIO_AGOSTO_2010.pdf>. Acesso em:30 jul. 2022.

6 APÊNDICE

APÊNDICE A MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Nome do participante:

2. Data de Nascimento ____/____/____ Idade_____

3. Em termos de raça/cor/etnia, como o Senhor (a) se identifica?

4. O senhor nasceu no Pau Ferro? Conte-nos sobre sua infância no bairro?

5. Se não nasceu no bairro, conte-nos sobre sua infância e a chegada no bairro.

6. Poderia contar sobre as histórias que já ouviu sobre o início da comunidade?

7. Como era viver aqui antes e como é viver aqui agora?

8. Qual o seu vínculo religioso?

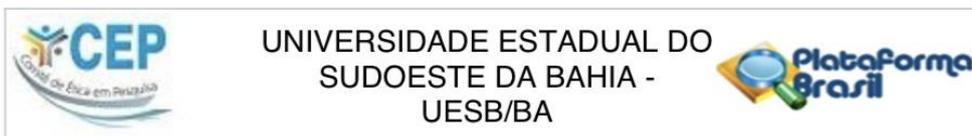
9. Qual a importância da Igreja Católica para a comunidade? Além da Igreja católica, existe alguma outra manifestação religiosa na comunidade? Qual a relação da religião com a comunidade?

10. O Senhor (a) já ouviu falar em Quilombo? Aqui seria uma Comunidade Quilombola?

11. O que é ser negro para o/a senhor (a)?

12. Gosta de morar aqui? Por quê? Como o/a Senhor descreveria a comunidade?

APÊNDICE B
TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: HISTÓRIAS DE VIDA DE IDOSOS DA COMUNIDADE DO PAU FERRO NA CIDADE DE JEQUIÉ-BA

Pesquisador: ANTONIO PALMA SANTANA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 58910422.2.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.452.150

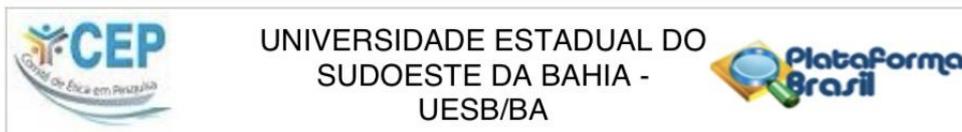
Apresentação do Projeto:

Nas palavras do autor:

"Historicamente, devido fatores de diversas escalas, tanto econômicos, sociais, geográficos e raciais, muitas comunidades quilombolas se estabeleceram em territórios distantes dos centros urbanos, especificamente devido ao que ocasionou o colonialismo no Brasil. Atualmente, alguns bairros populosos guardam marcas desse passado e das suas especificidades étnico-raciais por meio de sua cultura, religião e espiritualidade, entretanto, pouco há documentado acerca de suas origens. Assim sendo, esta pesquisa visa, por meio do método da história de vida, principalmente, coletar dados por meio de entrevistas com idosos moradores do bairro Pau Ferro, território reivindicado como quilombo, localizado na cidade de Jequié-BA. O objetivo é refletir sobre a história de vida de idosos da comunidade do Pau Ferro na cidade de Jequié-BA, com foco em suas memórias e etnicidades verificando como e se há elementos pensados como constituintes de uma identidade quilombola. Assim, discutindo os

aspectos de pertença da comunidade a partir do ponto de vista dos moradores mais velhos. A pesquisa, de todo modo, pretende ser uma colaboradora na canalização de informações acerca da comunidade, em vista dos poucos registros existentes sobre ela, desse modo, assegurando sua importância e fomentando abertura para outras problemáticas".

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.452.150

- 4) Projeto.pdf (OK)
- 5) TCLE.pdf (OK)
- 6) CRONOGRAMA.pdf (OK)

Recomendações:

Ver conclusões.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências éticas.

Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião realizada no dia 03/06/2022, por videoconferência autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB aprovou o parecer do relator.

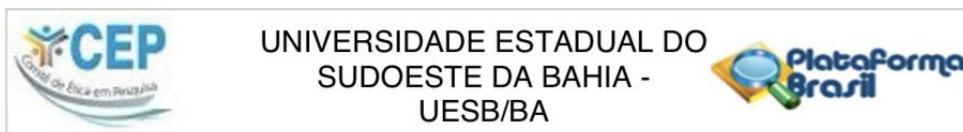
Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|-----------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1925868.pdf | 05/04/2022 20:48:14 | | Aceito |
| Folha de Rosto | Folha.pdf | 05/04/2022 20:47:17 | ANTONIO PALMA SANTANA | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | Declara.pdf | 05/04/2022 20:46:19 | ANTONIO PALMA SANTANA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto.pdf | 05/04/2022 14:29:06 | ANTONIO PALMA SANTANA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf | 05/04/2022 14:28:10 | ANTONIO PALMA SANTANA | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA.pdf | 05/04/2022 14:27:49 | ANTONIO PALMA SANTANA | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.452.150

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar a história de vida de idosos da comunidade do Pau Ferro na cidade de Jequié-BA, com foco em suas memórias e etnicidades verificando como e se há elementos pensados como constituintes de uma identidade quilombola.

Objetivo Secundário:

Registrar as histórias de vida de moradores antigos do bairro no sentido de promover a história contada pelos próprios moradores;

Identificar na história do bairro aspectos que se conectem com a história do reconhecimento oficial como Comunidade Remanescente de Quilombo;

Refletir sobre as categorias de etnicidade que emergem das histórias de vida desses sujeitos e as trajetórias de migração ou permanência a partir desses moradores;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Este estudo apresenta risco mínimo, que pode ser minorado com a desistência da entrevista ou a não resposta a perguntas que causem desconforto em qualquer momento. Apesar disso, o interlocutor tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Benefícios:

Não há benefícios diretos advindo da pesquisa aos entrevistados. Contudo, os benefícios deste estudo são indiretos no sentido de contribuir para a compreensão sobre a história do bairro e do movimento quilombola local.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

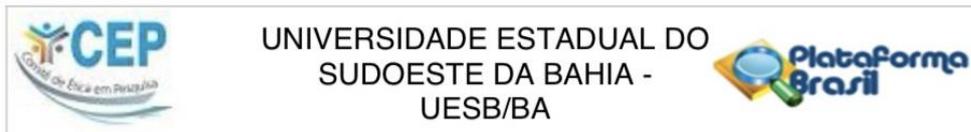
Trata-se de uma pesquisa de mestrado ligada ao PPGREC (UESB), que se propõe a apresentar a história de vida de idosos de uma comunidade com foco em suas memórias e etnicidades.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes documentos:

- 1) PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1925868.pdf (OK)
- 2) Folha.pdf (OK)
- 3) Declara.pdf (OK)

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.452.150

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 06 de Junho de 2022

Assinado por:
Leandra Eugenia Gomes de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br